

CADERNOS DA PANDEMIA

DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

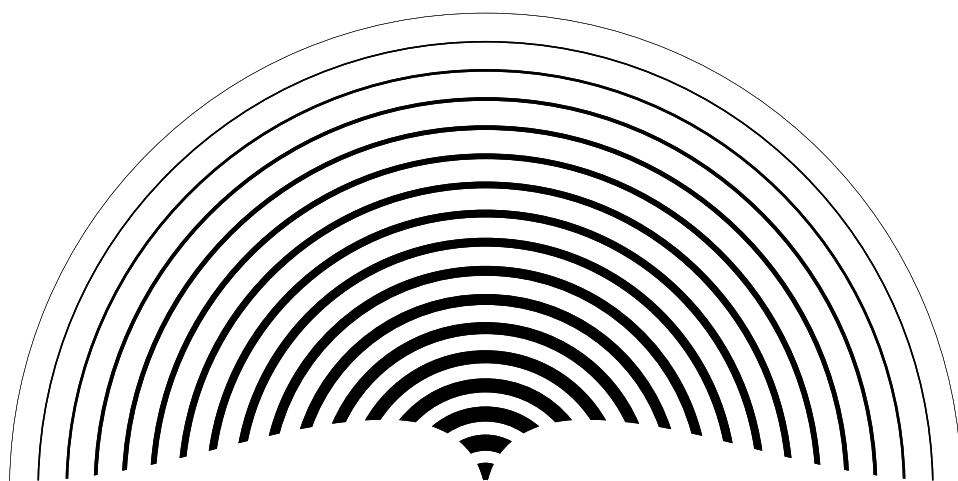


VOL. 6

CRIANÇAS NA CIDADE EM TEMPOS DE COVID-19:
REFLEXÕES A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO
EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PORTO E EM LISBOA

CADERNOS DA PANDEMIA

DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



VOL. 6

CRIANÇAS NA CIDADE EM TEMPOS DE COVID-19:
REFLEXÕES A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO
EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PORTO E EM LISBOA

2020

Ficha Técnica

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Título: Crianças na Cidade em Tempos de COVID-19: Reflexões a Partir da Investigação em Espaços Públicos no Porto e em Lisboa

Organizadora: Eunice Castro Seixas

Autores: Eunice Castro Seixas, João Teixeira Lopes, Benedita Portugal e Melo, Júlia Rodrigues, Lúcia Ferro, Niccolò Giacchetta, Sara Calado Gonzalez e Paulo Castro Seixas

Edição: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

ISBN: 978-989-8969-67-5

Design Capa: Jorge Almeida

Paginação: José Teixeira

Data: dezembro de 2020

Local de edição: Porto

Suporte: Eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

CADERNOS DA PANDEMIA

Esta publicação responde à exigência da relevância do conhecimento sociológico neste contexto de pandemia. É urgente analisar e debater a urgência, respeitando as formas, linguagens, métodos e protocolos do campo científico.

De repente, algo que os/as sociólogos/as há muito escreveram sobre as dimensões do risco e da incerteza à escala global, toma conta das nossas vidas sob a forma de uma pandemia. Contudo, este fenómeno pouco tem de catástrofe «natural». Na verdade, na multiplicidade de causas que a potenciam e na plêiade de consequências que se experimentam, sobressaem ativamente processos sociais. A relação predadora homem/Natureza; a fragilidade de serviços públicos, nomeadamente de saúde, ameaçados por políticas austeritárias; o aprofundamento e a ampliação de desigualdades sociais entre países e dentro de cada Nação, aumentaram, em muito, a intensidade do flagelo e as vulnerabilidades humanas e sociais.

Sociólogos/as e cientistas sociais têm sido rápidos a construir conhecimento e a instaurar observatórios sobre a emergência. Estabelecem-se redes, lançam-se projetos, ativam-se cumplicidades.

O IS-UP faz a sua parte, abrindo caminhos de debate com estes cadernos.

O coordenador e a comissão executiva do IS-UP:

João Teixeira Lopes

Lígia Ferro

Idalina Machado

ÍNDICE

Introdução

Eunice Castro Seixas

Classes Sociais nos parques e efeitos da pandemia

João Teixeira Lopes, Benedita Portugal e Melo e Júlia Rodrigues

As crianças e a rua em tempos de COVID-19: os usos de dois parques públicos na cidade do Porto no período pós-confinamento

Júlia Rodrigues e Lúcia Ferro

Direito das crianças à cidade e resiliência urbana em tempos de Covid-19

Eunice Castro Seixas e Niccolò Giacchetta

O paradoxo do parque infantil e a criança em nós: reflexões de um tempo interrompido

Sara Calado Gonzalez e Paulo Castro Seixas

RESUMO

Este volume 6 da publicação do IS-UP 'Cadernos da Pandemia' tem como tema "Crianças na cidade em tempos de Covid-19: Reflexões a partir da investigação em espaços públicos no Porto e em Lisboa". Reúnem-se aqui um conjunto de análises e 'reflexões' a partir do trabalho de campo realizado pelos investigadores do Projeto CRiCity "As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças" (Referência PTDC/SOC-SOC/30415/2017).

Os textos incidem sobre diferentes aspetos da relação das crianças com a cidade, que vão desde o modo como a etnia, a identidade racial e a classe social pautam o uso do espaço e a sociabilidade nos parques urbanos analisados, antes e após a emergência da pandemia, a uma discussão de questões mais conceituais como o direito das crianças à cidade na sua relação com a resiliência urbana em tempos de pandemia, ou ainda a uma descrição e análise dos desafios que a pandemia e o confinamento trouxeram à própria investigação. Apesar desta diversidade de temas, os autores partilham entre si a abordagem etnográfica, o foco nas crianças como sujeitos sociais e políticos e produtores de conhecimento e um desejo de pensar a cidade e a pandemia com as crianças. Pensamos que este volume dos 'Cadernos da Pandemia do ISUP' pode interessar não apenas aos investigadores nesta área, mas a todos os que são pais, cuidadores, ou trabalham com crianças neste contexto de pandemia.

Palavras-Chave: crianças, cidade, parques urbanos, pandemia, Covid-19

INTRODUÇÃO

por Eunice Castro Seixas

Este volume 6 da publicação do IS-UP ‘Cadernos da Pandemia’ tem como tema “Crianças na cidade em tempos de Covid-19: Reflexões a partir da investigação em espaços públicos no Porto e em Lisboa”. A relevância e atualidade da questão do impacto da pandemia nos espaços públicos urbanos é inegável e tem sido discutida ao longo deste ano de 2020 por académicos de várias áreas disciplinares. É para além disso, uma questão que pode ser observada e sentida por todos os que habitam nas cidades e esta publicação pretende chegar também a esse público mais geral, numa tentativa de romper com uma conceção de ciência fechada em si mesma e feita apenas para os cientistas. Pensamos que este volume dos ‘Cadernos de Pandemia’ pode interessar sobretudo àqueles que são pais ou cuidadores, ou que trabalham com crianças neste contexto de pandemia. Efetivamente, as crianças foram e continuam a ser especialmente afetadas por este contexto de pandemia, pautado por diversas ansiedades e medos, mas também pelas medidas de restrição à mobilidade e ao uso dos espaços públicos (designadamente com o fecho dos parques infantis).

Se a literatura dos estudos da criança/infância vinha apontando, de forma crítica, o desaparecimento das crianças dos espaços públicos urbanos (Leverett, 2011; Sarmiento, 2018; Tomás, 2007; Zeiher, 2003), com a pandemia por Covid-19 e as medidas de restrição à mobilidade, esta situação pode ter-se agravado. Por outro lado, a pandemia também levou a uma maior procura de espaços abertos ao ar livre e tornou saliente a necessidade de cidades mais verdes e mais sustentáveis. Os estudos apresentados neste volume exploram principalmente o modo como a pandemia afetou a vivência de espaços públicos como os parques e jardins urbanos, mas em relação também com o espaço da casa ou do confinamento.

Como grupo social invisibilizado, as crianças têm pouco poder de decisão sobre os espaços que frequentam e são raramente escutadas em relação às políticas de mobilidade e planeamento

urbano. No entanto, as crianças são habitantes urbanos que participam ativamente na construção do espaço, e cujo desenvolvimento, identidade e bem-estar estão intimamente ligados ao meio em que se inserem e aos espaços que frequentam (Carvalho, 2013; Holloway & Valentine, 2000; Neto, 2020; Sarmiento, 2018; Tonucci, 2009; Russel & Stenning, 2020). É importante salientar ainda que as crianças são particularmente afetadas pelas ansiedades e medos dos adultos, que de um modo geral se encontram exacerbados no contexto atual, embora com diferentes inscrições consoante os grupos sociais e os espaços em que estes grupos se movimentam.

Embora a pandemia por Covid-19 tenha originado uma profusão de estudos sociais sobre cidade e espaços públicos, as crianças permanecem um tópico residual nos mesmos. No entanto, sabemos que a pandemia agravou o policiamento e controlo das crianças e jovens vulneráveis (Gabriel, Brown, León, & Outley, 2020; Human Rights Watch, 2020). Por outro lado, a centralidade de narrativas mediáticas baseadas numa imagem idealizada das crianças em tempos de Covid-19, contribui para mascarar desigualdades estruturais e situações de pobreza que afetam atualmente milhões de crianças em todo o mundo (Mukherjee, 2020). São necessários estudos que investiguem criticamente o modo como as crianças são referenciadas (ou porventura estão ausentes) das políticas públicas ao nível da cultura, da educação ou do planeamento e gestão urbana em tempos de pandemia. E são necessários estudos sobre o modo como as crianças vivenciam a pandemia nos diferentes espaços das cidades. Com este volume pretendemos contribuir para esta linha de investigação e dar visibilidade às crianças como sujeitos sociais e políticos e como habitantes urbanos no contexto atual de pandemia por Covid-19.

O tema da relação das crianças com a cidade surge no âmbito do Projeto CRiCity: “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças”, financiado por fundos nacionais através da FCT (PTDC/SOC-SOC/30415/2017) e em curso no Centro

de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), ISEG, Universidade de Lisboa, em parceria o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa e o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. O projeto conta com a colaboração de vários investigadores com currículo nas áreas da sociologia da educação, sociologia da infância e sociologia urbana, assim como investigadores com trabalho realizado nas áreas da participação pública, metodologias participativas e direitos da criança. Os objetivos principais do CRiCity são os de analisar a relação das crianças com os espaços públicos de Lisboa e do Porto, dando visibilidade às crianças como atores sociais e políticos com vista a potenciar o seu direito à cidade.

Como o título deste volume sugere, ao invés de textos académicos formais e ‘definitivos’, reúnem-se aqui sobretudo ‘reflexões’ a partir do trabalho de campo realizado pelos investigadores do CRiCity em diferentes espaços públicos das cidades de Lisboa e do Porto, sendo grande parte deste trabalho de caráter exploratório e ainda em curso. Os capítulos desta publicação são, por conseguinte, diferentes entre si quer na forma quer no conteúdo, revelando as opções específicas dos autores por um foco mais formal e empírico ou mais ensaístico do texto e pela diversidade de temas trazidos à discussão. Estes últimos vão desde o modo como a etnia, a identidade racial e a classe social pautam o uso do espaço e a sociabilidade nos parques urbanos analisados, antes e após a emergência da pandemia, a uma discussão de questões mais concetuais como o direito das crianças à cidade na sua relação com a resiliência urbana em tempos de pandemia, ou ainda a uma descrição e análise dos desafios que a pandemia e o confinamento trouxeram à própria investigação científica.

Mais especificamente, a análise do uso do espaço e sociabilidade em função de marcadores de classe, etnia e identidade racial são questões centrais do texto de João Teixeira Lopes, Benedita Portugal Melo e Júlia Rodrigues intitulado “Classes Sociais nos parques e efeitos da pandemia”, assim como do texto de autoria de Júlia Rodrigues e Lígia Ferro sobre “As crianças e a rua em tempos

de COVID-19: os usos de dois parques públicos na cidade do Porto no período pós-confinamento”. Nos parques analisados em ambos os textos – o Parque da Quinta do Covelo e o Parque da Pasteleira, o foco nestes marcadores sociais permite, como referem João Teixeira Lopes, Benedita Portugal Melo e Júlia Rodrigues, averiguar “(...) o grau de diversidade social e cultural que tornará estes espaços verdadeiramente públicos, no sentido de propiciarem, sem exclusões, ocasiões de reconhecimento da diferença e de interculturalidade” e “(...) mapear os desiguais efeitos alavancados pela pandemia, reconfigurando modos de relação com a cultura, a tecnologia e o lazer”. Os autores revelam como a pandemia e o confinamento em particular contribuíram para tornar mais visíveis e centrais as desigualdades sociais urbanas. O texto de Júlia Rodrigues e Lígia Ferro complementa o anterior ao dar-nos uma visão etnográfica da vivência das famílias nestes dois parques antes e após a emergência da pandemia por Covid-19. Se em geral, a investigação realizada pelas autoras sugere que “(...) os parques urbanos cumprem uma função importante enquanto espaços de sociabilidades interculturais, interclassistas e intergeracionais, dimensões fundamentais na sua definição enquanto espaços públicos”, o trabalho de campo realizado após a emergência da pandemia revelou também como esta contribuiu para a transformação da sociabilidade nestes espaços ao exacerbar as práticas de supervisão e controlo parental e restringir a mobilidade das crianças e a sua interação com ‘estranhos’, colocando assim em causa o direito das crianças ao espaço público.

O texto de Eunice Castro Seixas e Niccolò Giachetta, intitulado “Direito das crianças à cidade e resiliência urbana em tempos de Covid-19”, também este reportando uma análise etnográfica de caráter exploratório, desenvolvida neste caso em vários parques urbanos de Lisboa, procura tecer uma reflexão em torno de duas dimensões específicas resultantes da análise no pós-confinamento: i) a rejeição do urbano e a demanda por uma cidade mais verde e ii) a re(a)propriação do espaço nos parques urbanos de Lisboa. Estas duas dimensões são discutidas na sua relação com o conceito de direito à cidade e especificamente centrando-se

no direito das crianças à cidade. Com base num trabalho de campo realizado em vários espaços verdes do Parque das Nações e no Jardim Vasco da Gama em Belém, os autores analisam fatores como a motivação para o regresso a estes espaços após o confinamento, o uso do espaço e a re-apropriação do mesmo pelas famílias com crianças, tomando em consideração as restrições formais e informais provocadas pela pandemia. Os resultados desta investigação servem de mote para uma reflexão crítica sobre a resiliência urbana e o direito das crianças à cidade no contexto atual de pandemia por Covid-19. Os autores sugerem que esta reflexão deve incluir uma análise das desigualdades estruturais urbanas e também do estatuto de minoridade das crianças na sociedade contemporânea e concluem que “(...) a visão adultocêntrica das cidades e a invisibilidade das crianças nas políticas urbanas põem em causa quer a efetivação do direito das crianças à cidade, quer a resiliência urbana face à atual pandemia.”

Finalmente, o texto de Sara Calado Gonzalez e Paulo Castro Seixas, intitulado “O paradoxo do parque infantil e a criança em nós: reflexões de um tempo interrompido”, levanta questões epistemológicas e metodológicas relacionadas com a investigação qualitativa e etnográfica com crianças e em particular num contexto de pandemia e confinamento. Partindo de um estudo de caso sobre um parque infantil na freguesia da Ajuda, em Lisboa, os autores refletem sobre “(...) os constrangimentos e (im)possibilidades de desenvolver trabalho de campo” no contexto atual de restrições impostas para fazer face à pandemia. Simultaneamente, esta “investigação interrompida” torna-se também um mote para pensar, “(...) a partir deste caso concreto as limitações e potencialidades do parque infantil”. Também neste caso, como apontam os autores, a pandemia parece ter potenciado uma representação dos espaços urbanos como espaços de risco, agravando os medos dos pais e aumentando o controlo parental sobre as crianças. Esta reflexão leva os autores a sugerir que “as crianças são sujeitos em confinamento contínuo”, o que coloca desafios ao investigador que estuda as crianças na sua relação com uma cidade pensada por e para os adultos.

Em suma, podemos dizer que este volume traz contribuições que incidem sobre diferentes aspetos da relação das crianças com a cidade e da própria investigação com crianças no atual contexto de pandemia por Covid-19. No entanto, os autores partilham entre si uma abordagem etnográfica, um foco nas crianças como sujeitos sociais e políticos e produtores de conhecimento e um desejo de pensar a cidade e a pandemia com as crianças. As análises que aqui se apresentam, embora tenham especial relevância para a sociologia da infância, vão para além da mesma, levantando questões que colocam em inter-relação os direitos da criança, as políticas públicas, a cidade, a sustentabilidade e a resiliência, no sentido também do que João Teixeira Lopes, Benedita Portugal Melo e Júlia Rodrigues propõem de “perscrutar as infâncias através de um jogo de escalas de observação”, ou seja, “multiplicar os ângulos e as perspetivas, cruzando-os a cada passo”.

Referências

- Carvalho, M. J. L. D. (2013). Do outro lado da cidade: crianças, urbanização e violência na área metropolitana de Lisboa. *Sociologia, problemas e práticas*, 72, 79-101. <http://journals.openedition.org/spp/1209>
- Gabriel, M. G., Brown, A., León, M., & Outley, C. (2020) Power and Social Control of Youth during the COVID-19 Pandemic, *Leisure Sciences*. <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1774008>
- Holloway, S. & Valentine, G. (2000). *Children's Geographies: Playing, Living, Learning*. Routledge.
- Human Rights Watch. (2020). Human rights dimensions of COVID-19 response. <https://www.hrw.org/news/2020/03/19/human-rights-dimensions-covid-19-response>
- Leverett, S. (2011). Children's spaces. In: P. Foley & S. Leverett (Eds.), *Children and young people's spaces: developing practice*. Palgrave Macmillan, (pp. 9-24.)
- Mukherjee, U. (2020). Rainbows, teddy bears and 'others': The cultural politics of children's leisure amidst the COVID-19 pandemic. *Leisure Sciences*. <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1773978>
- Neto, C. (2020). *Libertem as crianças - A urgência de brincar e ser ativo*. Contraponto Editores.
- Russel, W. & Stenning, A. (2020). Beyond active travel: Children, play and community on streets during and after the coronavirus lockdown. *Cities & Health*. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1795386>

- Sarmiento, M. (2018). Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação* 41(2), 232-240. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>
- Tomás, C. (2007). Paradigmas, imagens e concepções da infância em sociedades mediatizadas. *Media & Jornalismo*. 11, 119-134.
- Tonucci, F. (1991). *La ciudad de los niños: un modo nuevo de pensar la ciudad*. Fund. German Sanchez Ruiperez.
- Zeiher, H. (2003). Shaping daily life in urban environments. In P. Christensen & M. O'Brien (Eds.). *Children in the city: home, neighborhood and community*. Routledge Falmer, (pp. 66-68).

CLASSES SOCIAIS NOS PARQUES E EFEITOS DA PANDEMIA

João Teixeira Lopes (DSFLUP e IS-UP); Benedita Portugal e Melo (UIDEF – Instituto de Educação da Universidade de Lisboa) e Júlia Rodrigues (IS-UP)

No presente texto procuraremos analisar, ainda que de forma exploratória, os resultados de uma pesquisa etnográfica sobre práticas infantis em dois parques públicos da cidade do Porto¹. Daremos conta de uma dimensão específica: as transformações nas atividades culturais resultantes da pandemia e sob um particular ponto de vista, o das desigualdades de classe. Os resultados apresentados foram obtidos através de trabalho de terreno, assente na observação etnográfica dos usos desses espaços públicos, mobilizando, além dos registos de observação em diário de campo, entrevistas aos familiares das crianças².

Interessou-nos, pois, conhecer as famílias de classe às quais as crianças que usam os parques pertencem, averiguando o grau de diversidade social e cultural que tornará estes espaços verdadeiramente públicos, no sentido de propiciarem, sem exclusões, ocasiões de reconhecimento da diferença e de interculturalidade. De igual modo foi nossa intenção mapear os desiguais efeitos avançados pela pandemia, reconfigurando modos de relação com a cultura, a tecnologia e o lazer.

Considerações iniciais: unidade e diversidade social da infância

A pesquisa em que esta análise se insere segue uma consideração hoje usual nos modelos teóricos da sociologia da infância. Ainda assim, a perspectiva de entender a infância não como uma realidade natural, mas enquanto construção social,

contingente e variável, é historicamente muito recente.

Com efeito, o reconhecimento da criança como indivíduo específico diferente do adulto, com um estatuto próprio, é um processo indissociável da privatização e sentimentalização da vida familiar e da construção e massificação dos sistemas educativos modernos (Hendrick, 1990), decorrendo, portanto, do próprio processo de construção da modernidade no Ocidente europeu. O interesse pela infância, isto é, a consideração do seu valor afetivo e simbólico, constitui, por conseguinte, um traço distintivo das sociedades hodiernas e não pode ser desligada da dicotomia que opunha a infância à adultez, típica de uma época em que “os grandes sistemas explicativos do mundo se construam em torno de oposições binárias” (Almeida, 2009:22).

O estudo da criança começou por ser objeto de análise da Biologia, graças a Charles Darwin, sendo aquela encarada como um “primitivo natural”, (...) o Outro (do adulto), o homólogo dos povos primitivos e o exemplo acabado da distância a percorrer entre incivilizados e civilizados, os outros e nós”. Ao adulto maduro, racional, competente, acabado e autónomo, opunha-se uma criança imatura, irracional, incompetente, inacabada e dependente, sendo esta a visão que perdurou durante décadas (Almeida, 2009: 23). Pressupondo o carácter natural e, portanto, universal da criança, este paradigma biológico em voga não contemplava nenhuma espécie de contextualização social da sua condição.

Virá a ser o conhecimento pericial produzido ao longo do século XIX sobre a infância (nomeadamente através do levantamento sistemático e detalhado das condições materiais e sociais de vida das famílias) que recolherá evidências da diversidade interna que marca a categoria infância e terá em atenção os diferentes contextos em que as crianças são constituídas (Almeida, 2009; Ponte, 2012).

Ainda assim, a consideração do contexto histórico e cultural que envolve a infância será ignorada pelas ciências sociais e humanas até aos anos 90 do século XX. Somente a partir de então se começará a perfilar um novo paradigma sociológico

1 Esta pesquisa insere-se no Projeto CRiCity (PTDC/SOC-SOC/30415/2017) e é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

2 Uma descrição metodológica mais detalhada poderá ser encontrada no capítulo destes Cadernos assinado por Lígia Ferro e Júlia Rodrigues.

sobre a infância e com ele a oposição explícita aos paradigmas biológico e psicológico que a tomam como um dado natural (Almeida, 2009).

A partir desse período, passará a advogar-se que as relações sociais entre as crianças merecem ser estudadas, independentemente da perspectiva e dos interesses dos adultos, do mesmo modo que se defenderá que a criança pode ser encarada «como um ser no presente» e não apenas «como um adulto em construção», passível de possuir uma atenção científica própria (Almeida, 2009:34). Ultrapassar o “viés adultocêntrico” (que duvidava das capacidades cognitiva e social da criança para processar e responder a questões acerca de comportamentos, percepções, opiniões e crenças) e retirar a criança do estado de “quarentena” onde parecia ter estado colocada durante décadas, exigiu a sua reconceptualização como ser ativo, competente, e com direitos (Formosinho & Araújo, 2008). A ideia da criança competente, com uma visão consistente sobre o mundo, foi, por isso, acompanhada pela defesa da importância e utilidade de se lhe dar voz (nas pesquisas), possibilitando-lhe expressar o seu ponto de vista sobre os aspetos da vida que lhe dizem diretamente respeito. Para alguns investigadores, essa seria a melhor forma para construir conhecimento acerca da infância (Christensen & James, 2000; Hallett & Prout, 2003). Reconhecendo às crianças “a sua capacidade de pensar e agir sobre si mesmas, mas também sobre os outros – crianças e adultos” (Sarmiento, 2009: 56), muitas dessas investigações, atualmente, focam-se nas crianças, crianças protagonistas e produtoras de relações sociais, crianças produtoras de cultura (Almeida, 2009: 34).

Mas esta nova conceção da infância não dispensa a consideração da heterogeneidade interna das experiências infantis. Não sendo a infância uma realidade homogénea, é fundamental ter em atenção o sexo, a etnia, o grupo etário de pertença e a classe social de origem enquanto variáveis explicativas da diversidade social das experiências infantis que marcam a contemporaneidade e poderão justificar a multiplicidade de disposições de que as crianças serão portadoras.

Este texto explora, precisamente, o enquadramento classista da socialização das crianças, propondo

que o estudo das culturas de infância não prescindam da análise da matriz de desigualdades que condicionam o processo de socialização, impondo quadros de possíveis dentro dos quais emergem práticas, trajetórias e projetos mais ou menos prováveis. Como refere Lahire: “Se as crianças operam sempre um trabalho de *apropriação* das situações que se lhes impõem, elas não podem, contudo, apropriar-se a não ser daquilo que lhes é *dado* a apropriar” (Lahire, 2019: 58).

Pertenças de classe: uma dupla leitura

Num estudo vastíssimo recentemente publicado sobre as primeiras socializações, o sociólogo francês e a sua equipa realizaram 175 entrevistas aprofundadas a uma amostra de famílias socialmente diferenciadas (Lahire, 2019), varrendo quase todos os domínios de práticas. No que respeita aos lares e atividades culturais não deixa de ser curioso verificar que, apenas nas famílias de classes populares, existem referências ao uso de parques infantis.

Ao procurarmos conhecer as inserções classistas das crianças que observámos fizemos um levantamento, junto de pais, avós ou outros acompanhantes familiares, de dados sobre profissão e situação na profissão, condição perante o trabalho, nível de escolaridade, etc.

Os resultados obtidos permitem-nos uma dupla leitura. Por um lado, nos nossos estudos de caso, encontramos uma certa diversidade de pertenças de classe. Aliás, tendo em conta que os parques estão incrustados em territórios com características assaz distintas, seria expectável uma menor heterogeneidade social. O Parque do Covelo é circundado por conjuntos habitacionais e vivendas unifamiliares de classe média, enquanto que, na Pasteleira, na coroa mais próxima do jardim, deparamo-nos com vários bairros de habitação social.

Os parques infantis surgem, então, como ocasião de sociabilidade interclassista em contexto metropolitano. Na verdade, importaria saber com detalhe etnográfico, se, nestes quadros de interação, as sociabilidades, os jogos e as brincadeiras se processam com suficiente intensidade para se

constituírem como ocasiões de superação das monoculturas de classe em direção a uma ecologia de saberes. Tal como Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2018) propõe, esta constitui um ecossistema onde as interações produzem conhecimento e reconhecimento das diferenças, produzindo novos repertórios que resultam da dignificação da diversidade de saberes e vivências. Contudo, tal aferição não cabe nos propósitos mais comedidos deste texto.

Ainda assim, em urbes onde os processos de relegação sócio espacial se aceleram com a especulação imobiliária da gentrificação e do turismo e onde as tendências do urbanismo genérico se casam com a disneyficação e a encenação da experiência urbana numa sucessão de atos espetaculares, os jardins e parques surgem como escassa oportunidade para escapar à circulação entre espaços semiprivatizados, centrados no consumo e altamente monitorizados, ainda que, não raras vezes, apresentados como alegoria do espaço público (o caso mais emblemático talvez seja o dos centros comerciais).

Para as crianças das classes populares, o “estar junto com estranhos”, se tal efetivamente se proporcionar e se estruturar como experiência recorrente, pode fornecer recursos e códigos de “desencravamento” (Schwartz, 2011) com acréscimo de diversidade linguística (verbal e não verbal), densificação de papéis e reportórios. Para as crianças de classe média, altamente insularizadas nos percursos casa-escola-atividades-casa, a extroversão potencial destes espaços públicos é particularmente importante por acontecer fora do contexto escolar, isto é, em práticas não obrigatórias, distendidas, fora das rotinas e de grande latitude lúdica, onde o imprevisto, o divertido e o surpreendente emergem como socialização complementar e/ou alternativa.

Para ambas as classes, o arquétipo de relação social contida como promessa nestes locais é o da ampliação do espaço de possíveis circunscritos pelas heranças (económicas, sociais, escolares, linguísticas) da classe de origem, isto é, o de uma mútua transformação, ainda que limitada, pela “abertura à alteridade não assimilada” (Young, 1990: 227).

Quadro 1.

Caraterísticas classistas dos familiares das crianças entrevistados³

PARQUE COVELO	PARQUE PASTELEIRA
Lugares de classe Operariado: 6 Empregados executantes: 8 Profissionais técnicos e de enquadramento: 9 Profissionais intelectuais e científicos: 6 Profissionais das atividades intelectuais e científicas: 6	Lugares de classe Operariado: 13 Empregados executantes: 4 Profissionais técnicos e de enquadramento: 7 Profissionais das atividades intelectuais e científicas: 3
SITUAÇÃO PROFISSIONAL	SITUAÇÃO PROFISSIONAL
- Estável: 20 - Instável: 5 - Desempregado: 4	- Estável: 21 - Instável: 6 - Desempregados: 4
ESCOLARIDADE	ESCOLARIDADE
E. básico: 6 E. secundário: 7 E. superior: 13	E. básico: 10 E. secundário: 8 E. superior: 8

Noutra perspetiva, somos levados a realçar diferenças na composição social. Na Pasteleira, sobressai um universo maioritário de crianças de famílias oriundas das classes populares. Conhecemos, de vários estudos, a maior adesão destas famílias à cultura de rua e às práticas de sociabilidade local, em contiguidade com o espaço residencial. Sabemos, ainda, de um menor campo de possibilidades, de um acesso dificultado aos lazeres por falta de recursos (económicos, culturais, simbólicos) e, por isso, de uma acentuada domesticidade, associada à cultura de écran de entretenimento (Lopes, Louçã e Ferro, 2017).

Já no Parque do Covelo predominam as crianças das classes médias. Para elas, os parques infantis fazem parte de uma possibilidade entre outras, uma vez que as crianças exprimem, nas suas práticas, a boa vontade cultural e o ecletismo dos progenitores, dividindo-se por uma miríade de atividades extracurriculares, algumas orientadas,

³ Não foi possível recolher informações completas dos entrevistados face a todas as variáveis, daí algumas discrepâncias nos totais.

implícita ou explicitamente, para a performance escolar, outras de cariz relacional e expressivo (leitura, pintura, música, desporto, saídas culturais para teatros, museus, bibliotecas...).

Uma ausência merece ser destacada: não encontramos crianças oriundas das famílias burguesas nos parques infantis. Não só estas crianças são mais enquadradas pelas instituições escolares, onde se ativa “um projeto socializador total”, marcado pela intensificação da ação pedagógica intra e extraescolar (línguas estrangeiras, ballet, ténis, escrita criativa...), num dueto bem orquestrado de família e escola (por vezes com um vértice triangular na religião), como o controle social e a superação de si exigem dedicação quase exclusiva no ofício de criança.

A valorização de um entre-si exclusivista e endogâmico leva as famílias da burguesia a privilegiar espaços de lazer com admissão seletiva e geralmente privada (clubes culturais e desportivos), a par de uma clara preferência por práticas tidas como distintivas e para as quais se exige um particular passaporte simbólico, consubstanciado em modos de apropriação altamente codificados e que exigem a mobilização de disposições estéticas longamente incorporadas (Louçã, Lopes e Costa, 2014).

Finalmente, não raras vezes os condomínios habitacionais oferecem o que os parques infantis também possuem (verde, recantos, equipamentos lúdicos) com a vantagem da exclusividade e de cumprirem os requisitos da narrativa higienista e securitária do comunitarismo burguês.

As práticas que a pandemia revelou

A irrupção do confinamento e do tempo de suspensão que acarreta trouxe desiguais mudanças nas famílias observadas. A pandemia *revelou* (no sentido de conferir acrescida visibilidade até mesmo centralidade) e *alavancou* desigualdades sociais. Não será um exagero retórico dizer que o Covid-19 é um fenómeno eminentemente social com repercussões médicas e sanitárias.

Quadro 2.

Atividades desenvolvidas pelas crianças durante o confinamento por classe e espaço (número de referências)

COVELO	PASTELEIRA
CLASSES POPULARES	CLASSES POPULARES
Brinquedos: 2	Brinquedos: 4
Jogos online: 1	Jogos online: 3
Jogos offline: 1	Jogos offline: 0
TV: 3	TV: 7
Internet: 3	Internet: 7
Playstation: 0	Playstation: 3
Escola online: 2	Escola online: 0
Pinturas/colagens: 0	Pinturas/colagens: 3
Outros trabalhos Manuais: 0	Outros trabalhos Manuais: 0
Leitura: 0	Leitura: 0
Música: 0	Música: 0
Filmes: 0	Filmes: 0
Exercício Físico: 0	Exercício Físico: 0
Brincar em espaços exteriores: 0	Brincar em espaços exteriores: 0
CLASSES MÉDIAS	CLASSES MÉDIAS
Brinquedos: 7	Brinquedos: 2
Jogos online: 1	Jogos online: 0
Jogos offline: 4	Jogos offline: 3
TV: 2	TV: 3
Internet: 4	Internet: 3
Playstation: 1	Playstation: 0
Escola online: 2	Escola online: 0
Pinturas/colagens: 7	Pinturas/colagens: 2
Outros trabalhos Manuais: 4	Outros trabalhos Manuais: 1
Leitura: 0	Leitura: 2
Música: 0	Música: 2
Filmes: 1	Filmes: 0
Exercício Físico: 4	Exercício Físico: 0
Brincar em espaços exteriores: 3	Brincar em espaços exteriores: 2

Como se constata pelo quadro anterior, os espaços-tempos domésticos de lazer das crianças centraram-se no audiovisual, quer através do visionamento de TV, quer pela via do ciberespaço. Contudo, uma análise fina das entrevistas permite destrinçar diferenças marcantes.

Assim, no universo das classes populares a retração à cultura de apartamento e de écran é particularmente intensa. Pais e avós referem, uma e outra vez, o reduzido leque de atividades desenvolvidas pelas crianças: intensificação da utilização da televisão e da internet (desenhos animados e séries

infantojuvenis), com as redes sociais a ocuparem o principal quinhão, nomeadamente o Facebook e o tik tok; playstation e vídeo jogos; desenhos animados.:

“Os meus netos brincavam uns com os outros, jogavam jogos, viam desenhos animados, internet e TV” (**Avó de 3 netos: rapaz de 6 anos; rapariga de 2 anos (irmãos) e rapariga de 8 anos (prima); família de classes populares; Pasteleira**).

“A minha filha brincava com os seus brinquedos e passava o tempo na escola online, embora não quisesse fazer as atividades” (**Mãe de menina de 7 anos; Família de Classes Populares; Afrodescendentes, Covelo**)

“Os meus filhos sentiam muito a falta do parque. Em casa, os que já frequentam a escola, ocupavam-se com as aulas. Quando acabavam os trabalhos, ocupavam-se a jogar e a brincar com o tik-tok, jogos no computador e telemóveis... Os mais pequenos também já jogam estes jogos” (**Pai de quatro crianças com 4, 5, 12 e 15 anos; Família de classes populares; Pasteleira**).

As crianças das classes médias, ainda que tenham passado por semelhante processo, revelam o exercício de um conjunto bem mais alargado de atividades: desenhos, plasticinas, colagens, puzzles, culinária, instrumentos de música, leituras, jogos de aprendizagem do alfabeto e da escrita, etc.:

“Não foi fácil porque se cansaram de estar em casa. Queriam sair. Ocupavam o tempo nas atividades da escola e a brincarem uns com os outros. Sentiam a falta das vindas ao parque. Não usavam muito jogos eletrónicos e internet. Brincavam com os primos, faziam jogos”. (**Avó de criança de 8 anos do sexo masculino; família de Profissionais intelectuais e científicos; Pasteleira**)

“A minha filha ocupava o tempo comigo e com o meu marido com livros, puzzles, músicas. Como estou a fazer especialização em Ensino especial, fazia algumas dessas atividades com

ela” (**Mãe de criança do sexo feminino com 3 anos; Família de Profissionais intelectuais e científicos; Pasteleira**)

“Sou professora. A minha filha não podia estar com amigos. Ficou triste. Ocupava o tempo a brincar, fazer passeios a pé e ginástica” (**Mãe de rapariga de 11 anos; família de Profissionais intelectuais e científicos; Covelo**).

Estas listagens evidenciam quer a desigual posse (capital económico) de instrumentos lúdicos e didáticos que são formas de capital cultural objetivado, quer, ainda, o manuseio de disposições (capital cultural incorporado – Bourdieu, 1979) que habilitam ao desenvolvimento de linguagens sofisticadas de expressão relacionadas com o universo da escrita, da arte e da criatividade legítimas. Lembrem, em acréscimo, como pesaram no período de confinamento as muito distintas condições de habitabilidade, sofrendo as classes populares com os apartamentos exíguos, por vezes partilhados com outras famílias, o desconforto ou a pobreza energética. Não por acaso algumas famílias de classe média puderam “dar-se ao luxo” de manter atividades desportivas ao ar livre em espaços residenciais com jardins exclusivos.

Tão importante quanto o rol de atividades desigualmente ativadas pela pandemia são os modos de relacionamento e de enquadramento parental. Nas famílias de classes médias, não raras vezes os educadores manifestam culpa e preocupação pelo que consideram ser o uso “excessivo” de dispositivos tecnológicos e de dependência face ao écran. Daí o seu afã (e recursos) para impor uma diversificação de atividades às crianças, dirigindo-as, por vezes instrumentalmente, para o desenvolvimento de competências de leitura, de escrita, de criação e reflexão. Algumas famílias referem mesmo que estão a impor regras restritivas às crianças, limitando, na fase pós confinamento, o acesso e o tempo aos dispositivos eletrónicos. Nestas famílias é ainda visível o acompanhamento às atividades das crianças, cocriando músicas, desenhos e colagens; participando em jogos e brincadeiras.

Considerações finais: elogio de uma sociologia pluriescalar

Estes resultam preliminares mobilizaram uma escala de observação macrosociológica, atenta às pertencas de classe e às suas imbricações nos mecanismos socializadores, revelando constrangimentos e possibilidades desigualmente distribuídos. Realçamos a maior dependência das crianças das classes populares face às práticas doméstico-recetivas, centradas na utilização dos écrans como escape e entretenimento. Ao invés, as crianças das classes médias diversificam as suas atividades, entrando na esfera da criação e do envolvimento lúdico com orientação familiar.

É possível registar, ainda, um sentimento de culpa face à maior utilização de dispositivos audiovisuais e eletrónicos por parte dos agregados familiares com maior capital cultural, traindo esquemas de perceção e de classificação de práticas que em muito devem à interiorização de escalas de legitimidade cultural através das quais certas escolhas são vistas como indesejáveis.

Em ambos os universos sociais reverbera uma nostalgia dos tempos pré pandémicos, em que os parques são evocados como quadro de interação que favorece a interação entre pares. Ora, se como evidenciamos, estes espaços emergem como ocasião de sociabilidade interclassista com potencial intercultural, o recuo em contexto doméstico exacerba as desigualdades sociais, os distintos recursos materiais e simbólicos, o domínio diverso de competências relacionais, expressivas e reflexivas.

Importaria ir mais além. Sem querer reduzir a sociologia da infância a um registo das representações subjetivas dos atores (uma vez que estes não possuem amiúde consciência das condições objetivas e das relações de dominação que as enformam), a observação etnográfica amplia as margens de escolha e de agenciamento das crianças que, dentro das limitações estruturais, desenvolvem capacidades ativas de apropriação, negociação, interpretação e resistência (Corsaro, 2011).

Valeria por isso a pena, em termos heurísticos, combinar a proposta teórico - metodológica de Bernard Lahire com a abordagem de William Corsaro. O primeiro (Lahire, 2019), centrando-se nas

socializações precoces como incorporação da estrutura de classes e das relações de dominação, aplica um dispositivo metodológico baseado em entrevistas múltiplas (a pais, outros significativos e educadores), observações etnográficas (limitadas ao contexto familiar e escolar de aplicação das entrevistas), análise documental (cadernetas escolares, boletins de saúde, etc.) e exercícios linguísticos (que permitem aceder às competências lexicais, sintáticas e narrativas das crianças). Mas falta-lhe a voz das crianças e a observação fina das suas interações fora dos contextos de controle e supervisão (de pais e educadores).

Já Corsaro, imbuído de uma perspetiva de cultura como ação e significado que perpassa as relações sociais rotineiras, mobiliza etnografias “sustentadas e engajadas, microscópicas e holísticas, flexíveis e autocorretoras” (Corsaro, 2011: 53), mas despreza as inserções de classe e, ao centrar-se quase exclusivamente na cultura de pares, ignora as relações sociais mais amplas e os efeitos do poder desigual.

Analisar os modos de ver televisão ou navegar no ciberespaço, por exemplo, não dispensa uma sociologia da receção cultural como prática ativa, socialmente constituída e com nuances (o que escolhem ver? Como se processa a navegação flutuante através da hiper textualidade dos links? Conversam sobre o que veem? Com quem?, Com que propósitos? Em que momentos? Em que espaços? Sós ou acompanhadas?).

As crianças não são meras marionetas das estruturas sociais, nem todas as suas relações sociais derivam de fenómenos de imposição e interiorização dos muros da dominação, como mostram os estudos sobre a influência da socialização de pares. Faz sentido, então, articular e multiplicar as escalas de observação em futuros desenvolvimentos da nossa pesquisa, pois se é certo que as infâncias são sempre infâncias de classe, não é menos arguto escutar ativa e metodicamente as culturas fabricadas *na* e *pela* ação infantil, resgatando compreensivamente os sentidos, as narrativas e as vozes das crianças.

Para nada desperdiçar, importa aprofundar a economia do olhar de dentro com as relações de força que do exterior se impõem, o que exige,

para superar a ingenuidade de uma abordagem nativamente espontânea, perscrutar as infâncias através de um jogo de escalas de observação: macro, meso e microanálise. Em suma, multiplicar os ângulos e as perspetivas, cruzando-os a cada passo.

Referências

- Almeida, A. N. de (2009). *Para uma sociologia da infância: Jogo de olhares para a investigação*. ICS.
- Bourdieu, P. (1979). Les trois états du capital culturel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 30(1), 3-6. <https://doi.org/10.3406/arss.1979.2654>
- Christensen, P. & James, A. (2000). *Research with children*. Routledge/Falmer.
- Corsaro, W. A. (2011). *The sociology of childhood*. Pine Forge Press.
- Hallett, C & Prout, A. (2003). *Hearing the voices of children: social policy for a new century*. Routledge/Falmer.
- Hendrick, H. (1990). Constructions and Reconstructions of British Childhood: An Interpretative Survey, 1800 to the Present. In J. Alison & A. Prout (eds.), *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood* (pp. 35-59). The Falmer Press.
- Lahire, B. (2019). *Enfances de classe: De l'inégalité parmi les enfants*. Seuil.
- Lopes, J. T., Louçã, F. & Ferro, L. (2017). *As classes populares: A produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Bertrand.
- Louçã, F., Lopes, J. T. & Costa, J. (2014). *Os burgueses: Quem são, como vivem, onde mandam*. Bertrand.
- Oliveira-Formosinho, J. & Araújo, S. (2008). Escutar as vozes das crianças como meio de (re)construção de conhecimento acerca da infância: algumas implicações metodológicas. In J. Oliveira - Formosinho (org.), *A escola vista pelas crianças*. (pp. 11-30) Porto Editora.
- Ponte, C. (2012). *Crianças & media: Pesquisa internacional e contexto português do século XIX à actualidade*. ICS.
- Santos, B. de S. (2018). *Na oficina do sociólogo artesão*. Cortez.
- Sarmiento, T. (2009). As crianças e a cidadania: abordagens participativas em projectos educativos. In Teresa Sarmiento (org.), *Infância, família e comunidade: As crianças como actores sociais*. (pp. 43-68). Porto Editora.
- Schwartz, O. (2011). *Peut-on parler des classes populaires?* OpenEdition Journals. Acedido a 14 de dezembro de 2020 <http://journals.openedition.org/lectures/6326>.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton University Press.

AS CRIANÇAS E A RUA EM TEMPOS DE COVID-19: OS USOS DE DOIS PARQUES PÚBLICOS NA CIDADE DO PORTO NO PERÍODO PÓS-CONFINAMENTO

Júlia Rodrigues, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Lúgia Ferro, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Introdução

Sabemos que existe uma discussão em torno do estatuto de vulnerabilidade das crianças, questionando a diversidade de condições e situações socioeconómicas no âmago deste grande grupo que designamos por “crianças”. A verdade é que o discurso em torno do seu estatuto vulnerável tem contribuído mais para as afastar do exercício pleno dos seus direitos, incluindo do seu legítimo “direito à cidade” (Lefebvre, 1968), do que para as encarar enquanto protagonistas empoderadas no mundo. As crianças são capazes de agir e de pensar por si mesmas, aprendendo e ensinando sobre a sua experiência na cidade. Torna-se urgente conhecer como agem e pensam as crianças n(d) a cidade, de modo a incluí-las nos processos de organização do espaço urbano. Apesar de várias recomendações para as ouvir nas estratégias de planeamento urbano (O’Brien e Tranter, 2006), sabemos que essa realidade é uma miragem, havendo apenas a registar iniciativas pontuais que procuram colocar estas recomendações em prática.

O espaço e o meio ambiente territorial envolvente são cruciais no desenvolvimento das crianças. Vários estudos e especialistas têm vindo a alertar para o papel que a brincadeira ao ar livre tem no desenvolvimento motor, emocional, cognitivo e social das crianças (Sarmiento, 2018; Russel & Stenning, 2020; Neto, 2020).

Existem mudanças entre as práticas e as sociabilidades das gerações mais novas d(n)a cidade. Se anteriormente havia uma fruição mais livre do espaço público por parte das crianças, sabemos

que a disseminação dos discursos predatórios sobre a cidade tem levado muitos pais e cuidadores a limitarem as práticas dos mais novos na rua. Estes discursos baseiam-se numa “imagem da cidade predatória”, na qual estaria “continuamente em preparação um encontro entre algum agressor e alguma vítima” (Fernandes, 2003: 58). Os medos da rua têm pouco fundamento na realidade portuguesa. Por um lado, o país é classificado como um dos mais seguros do mundo em diferentes rankings. Por outro lado, o clima temperado convida naturalmente a uma maior fruição do espaço público. Contudo, sabemos que as crianças portuguesas são das que menos brincam fora de casa (Shaw et al, 2015), com uma tendência para o aumento do tempo que passam em espaço doméstico, muitas vezes a jogar videojogos, a ver televisão ou a navegar na internet.

O estudo dos usos do espaço público pelas crianças através de uma abordagem qualitativa para aprofundar os sentidos simbólicos envolvidos, impõe-se como um imperativo para construir uma cidade mais inclusiva. O projeto CRICITY veio dar resposta a esta necessidade e o presente capítulo tenta apontar pistas teórico-empíricas para explorar as muitas questões que o tema suscita, particularmente num contexto de pandemia derivada da COVID-19.

As crianças e os seus usos dos espaços públicos

Vivemos num mundo cada vez mais urbanizado, onde a concentração das populações em grandes aglomerados urbanos coloca diversos desafios. A pandemia veio evidenciar ainda mais as dificuldades colocadas pela concentração urbana. As cidades são cada vez mais pontuadas pela densidade habitacional, pela mobilidade intensa, pela poluição e pela falta de espaços verdes e livres de veículos automóveis. Nesta equação, as crianças têm sido um dos grupos sociais mais afetados. São conhecidas as restrições à sua mobilidade independente e ao uso do espaço público (Fhyri, 2011; Shaw, 2015). As crianças estão cada vez mais limitadas ao espaço doméstico, à escola e às instituições de apoio (Rasmussen, 2004; Sarmiento, 2018).

A brincadeira, e especialmente a brincadeira ao ar livre, tem sido salientada pelos especialistas como uma prática saudável na arte de crescer (Neto, 2020; Sarmiento, 2018; Russel & Stenning, 2020). Adicionalmente, a rua configura um espaço de aprendizagem social por excelência. Usar os espaços públicos para andar, passear e brincar implica o encontro com o *outro*, com o desconhecido. Lidar com o inesperado proporciona o desenvolvimento de um conjunto de competências sociais e emocionais determinantes no percurso das crianças. Os espaços públicos urbanos favorecem encontros e trocas centrais para a construção identitária dos indivíduos (Tonucci, 2009). A socialização com atores sociais de fora do seu círculo emocional habitual permite às crianças adquirir competências sociais de grande importância para o desenvolvimento da sua independência e para a sua construção enquanto cidadãos de pleno direito. Também as suas práticas desenvolvidas nos espaços da cidade simbolicamente mais significativos no seu quotidiano, revestem-se de grande importância para a compreensão holista do espaço e para a organização cognitiva e emocional do *seu* mapa urbano.

Os espaços públicos são vividos e contruídos de formas múltiplas e plurais. Se eles assumem um papel de relevo no crescimento e desenvolvimento das crianças, sabemos que os mais pequenos não têm todos as mesmas ferramentas e oportunidades para os explorar. A literatura reporta que, apesar de terem maior probabilidade de tirar partido das oportunidades existentes na cidade, as crianças das classes médias e da burguesia são crescentemente protegidas e sujeitas a processos de institucionalização que as colocam constantemente sob o jugo controlador dos adultos (Leverett, 2011, Sarmiento, 2018). Em contrapartida, as crianças provenientes de agregados familiares das classes populares usufruem dos espaços públicos de uma forma comparativamente mais livre do controlo parental (Karsten, 2005; Pinto & Bichara, 2017; Araújo, 2019). Se neste caso as crianças podem usufruir mais livremente na rua, sabemos que “as famílias das classes médias e altas desenvolvem outros estilos educativos onde a rua é controlada, posta à distância” (Rouilleau-Berger, 2004: 69).

Numa tendência crescente, pelo menos até ao surgimento da pandemia, algumas crianças e jovens envolvem-se em práticas de rua cada vez mais populares como o parkour, uma forma de viver a cidade como se se estivesse em pleno “jogo de crianças” (Mould, 2009: 747), numa busca constante de “novos e mais elaborados imaginários”, através de uma abertura para “possíveis, embora não necessariamente alcançáveis, mobilidades” (Saville, 2008: 892; Ferro, 2015). O gosto pela exploração da rua consolida-se nestas práticas, as quais continuam a ser cultivadas pelas crianças na sua juventude. A restrição das práticas das crianças na rua, retira-lhes o seu direito à cidade e limita o seu desenvolvimento enquanto indivíduos e adultos que serão. Se as restrições na rua são uma realidade para a generalidade das crianças, sabemos que as mesmas não se aplicam do mesmo modo e com a mesma intensidade a todas as crianças. A partir da pesquisa prévia desenvolvida no âmbito do projeto CRiCity⁴, foi possível determinar que a classe social constitui uma variável relevante na compreensão da fruição dos espaços públicos pelas crianças.

O confinamento e seguintes restrições impostas pela pandemia COVID-19 vieram colocar novos desafios aos usos dos espaços públicos. As crianças ficaram mais fechadas nos espaços domésticos. Os parques públicos foram encerrados e os chamados “passeios higiénicos” serviram apenas para respirar um pouco de ar fresco durante curtos períodos de tempo, em que as crianças não estiveram autorizadas a usufruir do espaço público para a brincadeira.

O confinamento teve como consequência um grande aumento do tempo dedicado a jogar videojogos e online (SICAD, 2020). O impacto do crescimento do tempo gasto *indoor* tem vindo a ser analisado e refletido ultimamente em algumas publicações académicas e não académicas (Kyriazis *et al*, 2020; Russel & Stenning, 2020; Nações Unidas, 2020). As transformações nos usos do tempo e do espaço pelas crianças estão a ser alvo

4 Este trabalho insere-se no projeto CRiCity e é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P, no âmbito do projeto PTDC/SOC-SOC/30415/2017.

de análise e parece certo que haverá marcas que poderão permanecer durante períodos ainda por determinar. Se o confinamento implicou a reclusão das crianças em casa, com o desconfinamento sabemos que muitas limitações permaneceram. Esta pesquisa pretende reunir e analisar dados pertinentes para compreendermos a reconfiguração dos usos dos espaços públicos pelas crianças nos tempos complexos que vivemos.

A pandemia veio expor e agravar as contradições e as desigualdades sociais das sociedades neoliberais com os grupos mais vulneráveis a serem particularmente afetados. De entre estes grupos destacam-se as crianças com deficiência e as que vivem em contextos socioeconómicos mais desprivilegiados (United Nations, 2020; Biglieri, Vidovich & Keil, 2020; Berkovitz, Gao, Michaels & Mujahid, 2020). Neste sentido, urge reflexões desenhadas a partir de investigações concretas sobre as transformações nos usos dos espaços públicos e nas práticas das crianças nas cidades, particularmente depois da disseminação da pandemia a uma escala global. Incluir as crianças na cidade, ouvindo-as sobre os espaços em que vivem, deverá constituir uma prioridade nos vários campos da sociedade nos tempos vindouros. Envolver as crianças no planeamento urbano, incluindo os grupos mais vulneráveis, passa pelo estabelecimento de um processo aberto de comunicação com os municípios (Melik & Althuisen, 2020). Muito há ainda a fazer para ouvirmos as crianças e lhes darmos o espaço e protagonismo que sempre deveriam ter sido seus. Este texto é apenas um pequenino passo no longo caminho a percorrer.

Notas sobre a abordagem metodológica

A investigação a partir da qual elaboramos a reflexão aqui partilhada, centra-se na resposta a um dos objetivos do projeto CRiCity, em particular no que diz respeito à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os usos dos parques públicos urbanos pelas crianças.

Os resultados que apresentamos a seguir decorrem de um estudo de cariz etnográfico desenvolvido em dois parques públicos da cidade do

Porto na primavera e verão de 2019 e entre junho e final de outubro de 2020. Elaboramos a nossa análise principalmente a partir da pesquisa realizada no período a seguir ao confinamento devido à COVID-19. No decurso do referido período, realizámos observação (com recurso a um guião de tópicos, a uma grelha de observação e fazendo registo em diário de campo) e entrevistas aos adultos que acompanhavam as crianças nos parques.

A escolha da metodologia etnográfica decorreu da preocupação de despoletar um processo de conhecimento “de perto e de dentro” mas também “de longe e de fora” (Magnani, 2002), nomeadamente das “racionalidades locais” e da “compreensão que os sujeitos fazem da vida” (Silva, 2010: 69). Por outro lado, a partir desse conhecimento em contexto, a etnografia urbana permitia promover a participação das crianças na investigação enquanto atores sociais de pleno direito. Nesse sentido, a observação (participante e não participante) e as atividades desenvolvidas com as crianças assumiram um papel determinante na investigação, por possibilitarem aceder às suas “culturas de comunicação” (Christensen, 2004), conhecer as práticas das crianças e os seus usos dos espaços públicos, bem como compreender a pluralidade de sentidos que lhes atribuem.

A investigação sobre e com crianças assume especificidades metodológicas e éticas (Christensen, 2004). Torna-se indispensável considerar as implicações das relações de poder entre crianças e adultos, particularmente na invisibilidade epistemológica das crianças na pesquisa (Fernandes, 2016). Os objetivos do estudo, os seus pressupostos científicos e o seu enquadramento institucional foram partilhados com os atores entrevistados, proporcionando uma adequada moldura para o seu consentimento devidamente informado.

Os espaços da pesquisa: dois parques públicos com características sócio-espaciais distintas

O trabalho de campo desenrolou-se nos parques urbanos do Covelo e da Pasteleira e durante o período pós-confinamento (de junho a outubro de 2020).

O Parque do Covelo situa-se numa área central da cidade, com elevada densidade populacional e escassos espaços verdes nas proximidades. Esta zona urbana é habitada sobretudo por famílias das classes médias que, em boa parte, frequentam este parque. O Parque da Pasteleira está localizado na periferia da cidade, numa área em que convivem bairros de habitação social com bairros habitados pelas camadas da burguesia. Este parque, ao contrário do Parque do Covelo, apresenta uma menor diversidade do ponto de vista da pertença classista dos seus frequentadores, sendo a burguesia e a classe média estabelecida as menos representadas.

Durante o trabalho etnográfico desenvolvido neste período, foram observadas, de forma sistemática e aprofundada, um total de 107 crianças, com recurso ao mesmo guião de tópicos e grelha de observação utilizadas antes do surto de COVID-19. Foram observadas 58 crianças no Parque do Covelo e 49 no Parque da Pasteleira, com idades entre os 2 e os 12 anos. Destas, apenas duas crianças eram afrodescendentes e outras duas eram de etnia cigana, apesar de residirem nos bairros circundantes muitas famílias ciganas. Este dado é congruente com estudos prévios onde se reporta uma menor representação de determinados grupos sociais no espaço público, em particular grupos pertencentes a minorias étnicas, pelo facto de não sentirem como seus, os espaços concebidos e construídos para a classe média (Levertt, 2011).

Distinguimos dois momentos do trabalho de campo desenvolvido neste período: um primeiro momento, entre junho e meados de setembro de 2020, em que apesar da diminuição no número de utilizadores, principalmente numa fase inicial, os usos e práticas nos espaços eram, aparentemente, próximos aos existentes antes da pandemia; e um segundo momento, entre meados de setembro e finais de outubro de 2020, em que os usos e a apropriação do espaço sofrem reconfigurações consideráveis que nos levam a problematizar a dimensão de espaço público destes parques.

Os parques no período inicial de “desconfinamento”: indícios da sua reconfiguração

Logo a partir de junho de 2020, depois do confinamento, os parques do Porto foram reabertos ao público. As primeiras observações indicaram algumas mudanças:

“Chego ao Parque do Covelo por volta das 15h. [...]. Olhei para o lado direito e vi o recinto do parque infantil. Aproximei-me e rapidamente um dos vigilantes, de forma simpática, me diz que tenho de usar máscara para entrar. De facto, isso estava escrito num cartaz à entrada do parque, mas eu ainda não tinha tido tempo de o ler. Coloquei a máscara e entrei no parque infantil.” (Diário de campo, JR, 22.06.2020)

Na realidade, a grande maioria das pessoas colocava a máscara apenas para transpor o portão de acesso ao parque infantil e, de seguida, tirava-a, colocava-a ao pescoço ou na zona do queixo. Nenhuma criança, independentemente da sua idade, usava máscara.

No Parque da Pasteleira a única referência ao COVID-19 reduzia-se a um papel colado num dos equipamentos do parque infantil, que proibia o seu uso. Mais tarde, após algumas conversas informais com o vigilante, percebemos que os restantes equipamentos continham a mesma informação e que o parque infantil estava inclusivamente vedado com fitas. Com o passar do tempo, tanto a fita como os papéis caíram ou foram retirados e nunca foram substituídos:

“Cheguei ao Parque da Pasteleira por volta das 16.30h. Dirigi-me à entrada do parque e a primeira diferença que notei em relação ao parque do Covelo foi que não tinha qualquer cartaz com indicações relativas ao COVID-19, nem menção à obrigatoriedade do uso de máscara. Pensei que eventualmente estas indicações estariam junto às duas áreas que constituem o parque infantil, mas isso não aconteceu.” (Diário de campo, JR, 23.06.2020)

Neste período, foi ainda possível constatar, de forma muito evidente, que o uso dos parques por parte das crianças e das suas famílias tinha decrescido substancialmente, particularmente no parque do Covelo, o qual era frequentado por um grande número de pessoas antes da pandemia, tal como se pode ler no seguinte excerto do diário de campo:

“No parque não estava muita gente, não sei se devido ao calor que fazia neste dia, ao receio relativamente à COVID por parte dos pais ou ao facto de as crianças em idade escolar estarem ainda a ter aulas (via internet e TV).” (Diário de campo, JR, 22.06.2020)

Paulatinamente, entre junho e o início de setembro, com a redução do número de casos de COVID-19, as famílias começaram a regressar aos parques e, em meados de julho, o número de utilizadores era já próximo ao verificado antes da pandemia.

A partir do trabalho de campo realizado até julho, foi possível verificar que as crianças continuavam a ocupar, quase exclusivamente, a área do parque infantil para brincar e, em particular, os equipamentos, tal como faziam antes do surto de COVID-19. Assim, nesta altura era difícil perceber as alterações nos usos do espaço por parte das crianças, para além dos cartazes com referência ao COVID-19, do uso (diminuto) de máscara por parte de alguns adultos e de algumas práticas de higienização das mãos com álcool-gel.

Todavia, uma observação mais sistemática da interação entre crianças e entre estas e os adultos, evidenciou que o número de crianças que brincava com outras fora do seu grupo tinha diminuído substancialmente:

“Apercebi-me ao longo destas horas no parque, que os adultos estavam nos seus grupinhos e não interagiam uns com os outros. No caso das crianças, a maioria também não brinca com crianças de outros grupos.” (Diário de campo, 22.07.2020)

As observações realizadas no período pós-confinamento remeteram-nos para uma intensificação

do controlo e isolamento das crianças por parte dos adultos, sob pretexto do vírus SARS-CoV-2. Ainda assim, um número significativo de crianças continuou a interagir com outras fora do seu grupo. Estas interações ocorrem principalmente quando as crianças se encontram na área do parque infantil e em particular nos equipamentos (aos quais os adultos não têm tanto acesso) e entre as crianças com menor idade. Com efeito, no Parque do Covelo, o parquinho do bar, e em especial a caixa de areia, mais frequentados pelas crianças mais novas, são pontos onde se tornou evidente esta interação com crianças fora do seu grupo e a partilha de brinquedos, como o balde de praia ou a pá:

“[A criança] vai para a caixa de areia e rapidamente começa a brincar com um menino da mesma idade e uma menina de cerca de 7 ou 8 anos e com a mãe destes. [...] Uma outra menina, de aproximadamente 4 ou 5 anos, está inicialmente com a mãe na esplanada. Rapidamente a abandona e junta-se a outras crianças que estão na areia. Com todo o “à vontade”, começa a brincar com as crianças que lá estão e a apropriar-se dos seus brinquedos (baldinhos de praia, formas e pás). [...] Parece-me que este é o local onde as crianças que não se conhecem, mais interagem entre si e partilham brinquedos.” (Diário de campo, JR, 03.07.2020)

Um resultado interessante das observações realizadas foi verificar que a interação intergrupos aconteceu com maior frequência no Parque da Pasteleira do que no Parque do Covelo. Uma das razões justificativas poderá estar relacionada com o facto de este parque ser frequentado por um número maior de famílias e crianças das classes populares. Tal como referido no início deste texto, vários estudos têm evidenciado que as crianças com origens sociais populares usufruem dos espaços públicos de forma mais livre (Karsten, 2005; Pinto & Bichara, 2017; Araújo, 2019) do que as crianças de famílias das classes médias, que tendem a estar mais sujeitas ao controlo dos adultos (Leverett, 2011, Sarmiento, 2018).

Tanto no Parque do Covelo como no Parque da Pasteleira. A supervisão e o controlo dos adultos

está muito presente e restringe a autonomia e liberdade das crianças. Não obstante, estes “lugares para as crianças” (Rasmussen, 2014) ainda são os espaços em que estas experienciam alguma liberdade dentro da cidade, especialmente neste contexto de pandemia.

A intensificação das restrições à sociabilidade urbana

Os espaços públicos, e neste caso os parques urbanos, são “lugares de encontro” (Tonucci, 2009: 149) e de sociabilidade urbana (Frúgoli, 2007) entre pessoas de diferentes gerações, origens socioeconómicas e culturais. Nessa medida, constituem-se, com frequência, como espaços privilegiados de sociabilidades intergeracionais, interculturais e interclassistas.

A partir de meados de setembro e durante o mês de outubro, com o agravamento da pandemia, os usos e práticas das crianças nos parques urbanos sofrem transformações muito significativas e evidentes. A maioria dos adultos e muitas crianças, principalmente com idades acima dos 6 anos, passam a usar máscara de forma permanente. E isto acontece mesmo em áreas dos parques em que o número de frequentadores é reduzido.

“Ver adultos e, em especial, crianças em espaços ao ar livre, que deveriam ser espaços de liberdade, a usar máscara pareceu-me muito estranho. O último reduto de liberdade está a desaparecer.” (Diário de campo, JR, 07.10.2020)

É igualmente notório que os parques, em especial o Parque do Covelo, sofrem mais uma vez uma queda do número de frequentadores, desta vez abrupta e muito substantiva. O regresso dos adultos ao trabalho e das crianças à escola ou ao jardim-de-infância tem um papel importante neste decréscimo. Todavia, mesmo fora do horário de aulas e nos fins-de-semana, o número de frequentadores é menor, tal como registado no diário de campo, em diferentes momentos de observação:

“O parque [do Covelo] está praticamente deserto. Vêm-se só algumas crianças e adultos no escorega, na área do bar ou a passear pelo parque. Nunca o tinha visto assim. É como se as crianças e famílias voltassem a estar confinadas, agora por sua iniciativa.” (Diário de campo, JR, 13.10.2020)

Em contrapartida, o Parque da Pasteleira ganha mais frequentadores, especialmente ao fim de semana. Por um lado, considera-se que os espaços residenciais diminutos em que vivem muitas das famílias dos bairros circundantes poderá ter levado a uma alteração nos hábitos de sociabilidade de alguns, preferindo o espaço ao ar livre para conviver. Por outro, trata-se de um parque com menor afluência de pessoas e com áreas mais amplas. Estas características permitem aos seus utilizadores usufruírem de um espaço que garante o distanciamento social, reduzindo-se a probabilidade de contágio. De facto, alguns pais entrevistados no Parque da Pasteleira partilharam que habitualmente não frequentavam este parque, mas antes o Parque do Covelo ou o Parque da Cidade. Segundo os seus testemunhos, passaram a frequentá-lo pelo facto de o considerarem mais seguro do ponto de vista sanitário. Portanto, a pandemia conduz a alterações nos usos dos parques pelas famílias e crianças e, enquanto alguns parques se esvaziam, outros, ganham utilizadores e diversificam os seus públicos.

Nesta fase, as crianças e as famílias passaram a ocupar, com muito maior frequência, espaços do parque que anteriormente não utilizavam (em particular espaços com um menor número de pessoas e áreas mais amplas), em detrimento da área do parque infantil e, em particular, dos equipamentos. Uma das mães entrevistadas enquanto acompanhava os três filhos no relvado junto à entrada sul do parque da Pasteleira disse:

“Tento evitar que eles vão para o parque infantil e partilhem brinquedos com outras crianças. Por isso vim para aqui. Também não costumava vir para este parque. Ia mais para o Parque da Cidade ou para o Parque do Covelo, mas agora o parque da cidade está à pinha” (Mãe, Parque da Pasteleira, 24.09.2020).

Este dado é relevante do ponto de vista da análise dos usos e práticas das crianças, uma vez que, de certa forma, as mesmas são obrigadas a olhar para outros espaços, passando a explorá-los. Igualmente, é necessário considerar as implicações desta mudança na interação com outras crianças e com os adultos. Se com a pandemia, e sobretudo nesta fase de intensificação dos contágios, a maioria dos adultos procura que as crianças brinquem sozinhas ou exclusivamente dentro do seu grupo, a exploração destes novos espaços dentro do parque, promove um maior envolvimento dos adultos na brincadeira.

Nas entrevistas realizadas, os adultos passam a referir com grande frequência, além da necessidade de higienização das mãos, o distanciamento social e a não partilha de brinquedos, que na fase imediatamente a seguir ao desconfinamento, não eram muito mencionados. “Não a deixo brincar nos equipamentos porque não sei se são desinfetados”, “tento evitar que eles brinquem com outras crianças” ou “não deixo partilhar brinquedos”, são algumas afirmações dos pais e avós em contexto de entrevista. É o caso desta avó que se encontra com o seu neto de 8 anos no Parque da Pasteleira:

“Tanto eu como ele sentimos alguma insegurança por causa do vírus. Eu até lhe digo: ‘Se vires muitas crianças juntas, afasta-te’. Noutra altura, eu não diria isto, mas agora temos de ter muito cuidado” (Avó, Parque da Pasteleira, 16.10.2020)

A hiperproteção e o controlo das crianças por parte dos pais e avós ficaram progressivamente visíveis ao longo do trabalho de campo: os adultos não permitem que as crianças se afastem de si, estabelecem limitações claras relativas a onde e com quem brincam, impõem medidas como a higienização das mãos, o distanciamento social e o uso de máscara em espaços ao ar livre. Uma jovem e o sobrinho de 7 anos estão no parque; usam máscara facial. Durante a entrevista com a tia, a criança farta-se de correr. Suando visivelmente, o sobrinho aproxima-se e pergunta à tia se pode tirar a máscara; ela responde:

“‘A tua mãe não deixa. Tu sabes.’ E, voltando-se para mim justifica: “A mãe dele não quer. Não posso deixar. Eu compreendo. Eu própria sinto-me mais segura com máscara” (Diário de campo, JR, Parque do Covelo, 16.10.2020)

Em tempos de pandemia derivada da COVID-19, por razões sanitárias e eventualmente securitárias, o controlo parental aumenta e a liberdade das crianças fica ainda mais limitada nos espaços públicos. Tanto através das observações, como das entrevistas aos adultos, torna-se evidente que um grupo substancial de crianças é impedido de brincar nos seus espaços favoritos (o parque infantil e os equipamentos), de interagir e brincar com outras crianças e adultos que não pertencem ao seu grupo e de partilhar os seus brinquedos.

As palavras de Tonucci (2009) a propósito da cidade fazem todo o sentido para caracterizar os parques em tempos de pandemia:

“[...] a criança não pode viver experiências fundamentais para o seu desenvolvimento, como: a aventura, a busca, a descoberta, o risco, a superação dos obstáculos e, portanto, a satisfação, a emoção. Não pode brincar. Estas experiências necessitam de condições fundamentais que desapareceram: o tempo livre e um espaço público partilhado” (p. 151).

O tempo livre desaparece à medida que o controlo das crianças por parte dos pais se torna omnipresente; são eles que permanentemente decidem onde, com quem e como pode a criança brincar. O espaço deixa de ser partilhado quando o contacto com os pares, conhecidos e desconhecidos, é cada vez mais restringido e até impedido.

Reflexões finais - No meio da pandemia, do parque ao “quintal alternativo”

Consideramos que os parques urbanos continuam a cumprir uma função importante enquanto espaços de sociabilidades interculturais, interclassistas e intergeracionais, dimensões fundamentais na sua definição enquanto espaços públicos. Contudo,

sabemos que determinados grupos sociais (em particular pertencentes às classes populares e a minorias étnicas), se encontram muitas vezes ausentes destes espaços públicos. Já antes da pandemia se verificava uma especialização dos espaços dos parques investigados, com as crianças a ocuparem quase exclusivamente as zonas de parque infantil. Estas características mantiveram-se e acentuaram-se no período de pandemia. Adicionalmente, pudemos também registar uma tendência crescente de exercício de um maior controlo dos pais e outros cuidadores sobre as crianças.

A pandemia veio transformar as práticas nestes espaços, reconfigurando as dinâmicas de sociabilidade. A partir da triangulação dos dados das entrevistas e das observações, verificaram-se incongruências e contradições significativas. Mesmo quando em situação de entrevista, os pais afirmavam que as práticas mantidas nos parques eram similares às do período pré-pandémico, a verdade é que observámos que o ambiente social e as práticas concretas nos parques em questão, configuraram-se de forma distinta na pandemia. O uso de máscara, a higienização das mãos das crianças, a escolha de outras áreas que não o parque infantil para as crianças brincarem são sintomáticos das transformações em curso e estas vão adquirindo intensidade à medida que o número de contágios aumenta. O controlo dos pais torna-se cada vez mais presente e mais restritivo e o direito das crianças ao espaço público e à cidade é colocado em cheque. Deste modo, as práticas e sociabilidades nos parques estão a sofrer transformações que os restringem significativamente enquanto espaços de sociabilidades interculturais, interclassistas e intergeracionais, isto é, estão em curso processos complexos que colocam em questão as anteriores características destes espaços públicos. Nestes tempos de pandemia, os parques tornam-se progressivamente um “quintal alternativo”, onde as crianças só brincam e convivem com um grupo muito selecionado de indivíduos. Explorar estas pistas afigura-se como um desafio para a investigação sociológica futura.

De modo a assegurarmos o direito das crianças à cidade, é urgente repensarmos a cidade e a organização do espaço urbano a partir de lições

que podemos (e devemos) retirar do atual contexto de pandemia, tal como a importância dos espaços públicos, especialmente ao ar livre, que podem possibilitar o usufruto e a mobilidade independente de crianças e adultos. Mas para isso não basta apenas que as crianças frequentem os parques. É necessário deixá-las brincar e explorar o espaço de acordo com as suas próprias coordenadas. Será que o risco não valerá a pena quando sabemos que a brincadeira ao ar livre é de importância capital para desenvolvimento na infância?

Se queremos construir cidades mais inclusivas, as crianças devem poder usar os espaços públicos e simultaneamente ser ouvidas nos processos de planeamento urbano. Nesse sentido, precisamos de conhecer melhor as práticas e as representações das crianças. A sociologia e outras ciências sociais podem dar contributos decisivos para compreender as condições socioeconómicas e culturais em que elas vivem, as suas práticas, as suas necessidades sociais e as suas representações. A partir deste conhecimento será possível elaborar recomendações concretas para o desenho de políticas públicas.

É necessário promover a participação ativa das crianças na cidade, assegurando-lhes o seu direito a brincar, a usar os espaços urbanos de forma autónoma, garantindo igualdade de oportunidades para crianças com diferentes origens sociais e a sua participação efetiva nos processos de definição das políticas públicas à escala urbana (por exemplo, como protagonistas em processos de desenho de espaços públicos urbanos concretos, para além dos espaços especializados que lhes são destinados). A criação de canais de comunicação direta com as Câmaras Municipais, envolvendo as escolas e outras instituições locais, poderá ser um caminho promissor. Apoiar a investigação e a intervenção social neste domínio, impõe-se como um imperativo para repensarmos a cidade e as crianças nos tempos difíceis que virão.

Referências

- Berkowitz, R. L., Gao, X., Michaels, E. K. & Mujahid, M. S. (2020). Structurally vulnerable neighbourhood environments and racial/ethnic COVID-19 inequities. *Cities & Health*. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1792069>
- Biglieri, S., Vidovich, L. & Keil, R. (2020). City as the core of contagion? Repositioning COVID-19 at the social and spatial periphery of urban society. *Cities & Health*. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1788320>
- Fernandes, L. (2003). A imagem predatória da cidade. In G. Í. Cordeiro, L.V. Baptista & A. F. da Costa (Orgs), *Etnografias urbanas*. Celta Editora.
- Fernandes, N. (2016). Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, 21(66), 759-779. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>
- Ferro, L. (2015). Jump Lisbon! Notes from an Ethnography of Urban Flows in *Portuguese Journal of Social Science*, 14(2), 177-192. https://doi.org/10.1386/pjss.14.2.177_1
- Frúgoli Jr, H. (2007). *Sociabilidade Urbana*, Jorge Zahar Editores.
- Karsten, L. (2005). It all used to be better? Different generations on continuity and change in urban children's daily use of space. *Children's Geographies* 3(3), 275-290. <https://doi.org/10.1080/147332805000352912>
- Kyriazis, A., Mews, G., Belpaire, E., Aerts, J. & Malik, S. A. (2020). Physical distancing, children and urban health. *Cities & Health*, 1-6. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1809787>
- Lefebvre, H. (1968). *Le Droit a la Ville*. Anthropos.
- Leverett, S. (2011). Children's spaces. In P. Foley and S. Leverett (Eds), *Children and young people's spaces* (pp. 9-24). The Open University.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17(49), 11-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- Melik, R. V. & Althuizen, N. (2020). Inclusive play policies: Disabled children and their access to dutch playgrounds. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 1-14. <https://doi.org/10.1111/tesg.12457>
- Mould, O. (2009). Parkour, the city, the event. *Society and Space* 27(4), 738 - 750. <https://doi.org/10.1068/d11108>
- Neto, C. (2020). *Libertem as crianças. A urgência de brincar e ser ativo*. Contraponto Editores.
- O'Brien, C., & Tranter, P. (2006, October 23-25). *Planning for and with children and youth: insights from children about happiness, well-being and walking* [Conference paper]. The 7th International Conference on Walking and Liveable Communities, Melbourne, Australia.
- Rasmussen, K. (2004). Places for children - Children's places. *Childhood: a global journal of Child Research* 11(2), 155-174. <https://doi.org/10.1177/0907568204043053>
- Roulleau-Berger, L. (2004). *La rue, miroir des peurs et des solidarités*. Presses Universitaires de France.
- Russel, W. & Stenning, A. (2020). Beyond active travel: children, play and community on streets during and after the coronavirus lockdown. *Cities & Health*, 1-4 <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1795386>
- Sarmiento, M. (2018). Infância e cidade: Restrições e possibilidade. *Educação* 41(2), 232-240. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>
- Saville, S. J. (2008). Playing with fear: Parkour and the mobility of emotion. *Social & Cultural Geography* 9(8), 891-914. <https://doi.org/10.1080/14649360802441440>
- Shaw, B., Bicket, M., Elliott, B., Fagan-Watson, B., Mocca, E., Hillman, M. & Fagan-Watson, B. (2015). *Children's Independent Mobility: An international comparison and recommendations for action*. London Policy Studies Institute. <https://westminsterresearch.westminster.ac.uk/item/98xyq/children-s-independent-mobility-an-international-comparison-and-recommendations-for-action>
- SICAD. (2020). *Comportamentos aditivos em tempos de COVID-19: internet e videojogos*. [http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/210/comportamentos aditivos em tempos de COVID-Internet e Videojogos.pdf](http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/210/comportamentos%20aditivos%20em%20tempos%20de%20COVID-Internet%20e%20Videojogos.pdf)
- Silva, S. M. (2012). *Da Casa da Juventude aos confins do mundo. Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento
- Tonucci, F. (1991). *La ciudad de los niños: un modo nuevo de pensar la ciudad*. Fund. German Sanchez Ruiperez.
- United Nations (2020). *Policy brief: the impact of COVID-19 on children*. <https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-impact-covid-19-children>

DIREITO DAS CRIANÇAS À CIDADE E RESILIÊNCIA URBANA EM TEMPOS DE COVID-19⁵

Eunice Castro Seixas (SOCIUS/CSG, ISEG, ULisba)
Niccolò Giacchetta (Investigador Independente)

A pandemia por Covid-19 tornou mais visíveis as desigualdades estruturais urbanas (Cole et al, 2020; Pavel, 2020; Sharifi & Khavarian-Garmsi, 2020), tendo tido um grande impacto no direito das crianças a brincar ao ar livre e a usufruir de espaços públicos. O confinamento tornou saliente a enorme vantagem que era a de se ter um terraço ou um jardim em casa, para não falar do privilégio que representava morar numa casa com espaço suficiente para se implementarem, caso fosse necessário, medidas de isolamento profilático de algum membro do agregado familiar.

A pandemia revelou principalmente como as desigualdades estruturais urbanas podem colocar toda a cidade em risco (Sharifi & Khavarian-Garmsi, 2020), ou seja, tornou evidente a inter-relação entre a igualdade e a resiliência urbana. Ficou claro que o medo não é apenas experienciado de modo privado (Bauman, 2001), mas é também sujeito a dinâmicas socio-espaciais relacionadas com o género, a idade, a etnia e a classe social e a representação dos diferentes espaços urbanos como espaços de risco. Neste contexto torna-se crucial refletir criticamente sobre as questões de direito à cidade, em articulação com o conceito de resiliência urbana. É este o propósito deste texto, mas com um foco específico na infância urbana. Partindo de um estudo etnográfico realizado pré e pós-pandemia em vários parques urbanos de Lisboa, apresentam-se um conjunto de reflexões sobre direito das crianças à cidade e resiliência em tempos de Covid-19.

Pensar os parques urbanos numa perspetiva de direito à cidade

As tendências neoliberais para a especialização, institucionalização e privatização do espaço público e do próprio ócio, bem a representação dos espaços públicos urbanos como risco têm-se constituído como barreiras ao direito das crianças à cidade. Se o direito a brincar e o direito a usufruir dos espaços ao ar livre e da natureza ganham expressão particular nos jardins e parques urbanos, por outro lado, estes espaços também não são imunes ao planeamento neoliberal, revelando frequentemente um foco exagerado na racionalidade e estruturação que leva à exclusão de grupos sociais minoritários (Low, Taplin, & Scheld, 2005). Nem tão pouco o são à aversão ao contato com os estranhos – ‘stranger danger’ (Katz, 1995) e à individualização das experiências de lazer próprias da modernidade tardia (Bauman, 2001).

Os parques urbanos são ainda marcados por várias dinâmicas socio-espaciais de poder que revelam as desigualdades no seu acesso e usufruto (cf. por ex.: Byrne, 2012; Hutchison, 1987). A este respeito, encontramos diferentes modos de apropriação destes espaços pelas famílias que habitam perto dos mesmos e que podem usufruir destes lugares diariamente, em comparação com as famílias que apenas os podem visitar esporadicamente ao fim-de-semana ou nas férias. Ou pelas pessoas que frequentam estes espaços por motivos de lazer, em comparação com as que aí se encontram porque estão a trabalhar (vendedores ambulantes, trabalhadores da restauração, hotelaria e comércio local).

Finalmente, estes espaços raramente são desenhados com a participação das crianças, que permanecem, em relação ao planeamento de espaços públicos, atores invisíveis e sem poder (Freeman & Tranter, 2011). Esta invisibilidade leva a um desajustamento destes espaços para as crianças, pois se os adultos tendem a sobrevalorizar a segurança destes ambientes, privilegiando o desenho de espaços muito estruturados e homogéneos (Jenks, 2005; Gill, 2007), as crianças gostam das dificuldades e são motivadas pelas mesmas na sua apropriação do espaço (Jansson, 2008). É

⁵ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P, no âmbito do projeto PTDC/SOC-SOC/30415/2017.

neste contexto que se torna fundamental um olhar mais atento para as práticas informais de uso e apropriação do espaço público pelas crianças e suas famílias e para o ‘espaço vivido’ (Lefebvre, 1974). Estas práticas são cruciais para a produção quotidiana do espaço urbano, com potencial de empoderamento ou de marginalização das crianças (Fotel, 2009). Em tempos de Covid-19, a sua análise pode ajudar-nos a compreender as várias formas de resiliência das crianças em relação com os espaços públicos por elas frequentados.

Breve nota metodológica

Apresentamos de seguida alguns dos resultados de um estudo etnográfico exploratório desenvolvido antes e após a emergência da pandemia por Covid-19 em vários parques urbanos de Lisboa. Os dados foram recolhidos através da observação no campo, conversas informais e entrevistas com informantes-chave e visitantes destes espaços. Neste texto procuramos fazer uma reflexão em torno de duas dimensões específicas resultantes da análise no período pós-confinamento, realizada desde meados de julho a meados de novembro de 2020. São estas: i) a rejeição do urbano e a demanda por uma cidade mais verde e ii) a re(apropriação) do espaço nos parques urbanos de Lisboa.

A rejeição do urbano ou a demanda por uma cidade mais verde?

Tal como no início do século XIX os aristocratas fugiam da cidade para se tratarem da tuberculose, também a pandemia por Covid-19 trouxe uma tendência de rejeição do urbano e um movimento de fuga para o campo por parte das famílias de classe média ou média-alta (Brouder et al., 2020, p. 742), levando mesmo a um aumento da procura de uma segunda habitação longe das cidades (Sharifi & Khavarian-Garmsi, 2020). Se do direito à cidade é o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos lugares de encontro e troca, aos ritmos da vida e aos usos do tempo, possibilitando

o aproveitamento pleno e integral desses momentos e lugares” (Lefebvre, 1996, p. 179, tradução dos autores), então a pandemia e o consequente esvaziamento dos espaços públicos urbanos parece ter provocado uma perturbação no exercício e reivindicação desse direito.

Em Portugal, as medidas de confinamento e o fecho dos parques infantis levaram também, numa primeira fase da pandemia, a uma diminuição acentuada da frequência dos espaços públicos, designadamente dos parques urbanos (Tendais & Ribeiro, 2020). A observação no campo, as conversas informais e entrevistas que realizámos a partir do mês de julho de 2020 em vários parques de Lisboa, revelaram uma relutância da parte de algumas famílias em regressar a estes espaços findo o período de confinamento. Esta relutância parecia ser mais vincada quando se tratava de um espaço longe da habitação e apesar de os(as) entrevistados(as) revelarem terem frequentado já outro tipo de espaços públicos, como a praia. Embora esta não expresse uma resposta generalizada entre os participantes, ela mereceu-nos atenção especial pois parece refletir o modo como os vários medos exacerbados pela pandemia – o medo do outro (do estranho), assim como o medo em relação aos mais vulneráveis (neste caso, as crianças) (Schimmenti, Billieux, & Starcevic, 2020) adquirem diferentes expressões consoante o tipo de espaço público e sua representação.

No entanto, alguns dos(as) entrevistados(as) também afirmaram que o motivo pelo qual regressavam agora aos parques era porque sentiam que os seus filhos(as) necessitavam dessa experiência ao ar livre, uma vez que a pandemia havia reduzido drasticamente as suas oportunidades de brincar em espaços abertos. A crise sanitária tornou de facto saliente a necessidade de um planeamento urbano menos centrado nos automobilistas e mais focado nas necessidades dos pedestres e ciclistas, assim como numa cidade mais verde, com mais oferta de espaços abertos e amplos. Estas infraestruturas verdes têm sido apontadas como cruciais para uma maior resiliência urbana em tempos de Covid-19 (Honey-Rosés et al., 2020; Samuelsson, Barthel, Colding, Macassa & Giusti, 2020; Venter, Barton, Gundersen, Figari, & Nowell, 2020).

A relação da pandemia com a sustentabilidade não é todavia simples, nem direta. Por um lado, as medidas de confinamento levaram a uma diminuição da mobilidade global e consequentemente da emissão de gases poluentes (Aloi et al., 2020; Sharifi & Khavarian-Garmsir, 2020). Por outro lado, a pandemia pode ter tido o efeito adverso de aumentar as atitudes negativas em relação aos transportes públicos, levando, por conseguinte, a um maior uso do automóvel privado (Koehl, 2020; Sharifi & Khavarian-Garmsir, 2020). A este respeito, alguns dos pais que entrevistámos salientaram as preocupações acrescidas, num contexto de pandemia, em viajar com as suas crianças nos transportes públicos. Vale a pena lembrar que a mobilidade urbana está relacionada com processos de poder que moldam a cidade (Massey, 1991), e se a classe baixa ou média-baixa está mais dependente dos transportes públicos, já o mesmo não acontece com a classe média-alta que prefere utilizar o automóvel, agora ainda mais que anteriormente.

A pandemia e a re(apropriação) do espaço nos parques urbanos de Lisboa

O fecho dos parques infantis tornou saliente a importância da versatilidade e adaptabilidade dos parques urbanos. Numa altura em que as famílias evitavam os espaços sobrelotados, os parques cujo desenho permitia múltiplas valências e oferecia um espaço mais livre e amplo foram aqueles que melhor resistiram à pandemia. Por outro lado, alguns espaços mais estruturados originaram formas de reapropriação comunitária subversiva, por vezes à margem da lei. Em seguida apresentamos sucintamente alguns resultados de um estudo etnográfico realizado em três espaços verdes localizados em duas zonas altamente turísticas de Lisboa: Belém e a zona do Parque das Nações.

O Jardim Vasco da Gama, em Belém (Figura 1), construído nos anos 1980, está aberto 24 horas e possui bastantes acessos a nível de transportes públicos. Possui um grande relvado central e integra um pequeno parque infantil rodeado de uma vedação, assim como um parque de fitness. O trabalho

de campo pré-Covid revelou que este jardim é frequentado maioritariamente por turistas, portugueses e estrangeiros. Antes da pandemia, e apesar de se observarem algumas crianças na zona do relvado, a grande maioria concentrava-se no parque infantil, que estava frequentemente lotado (cf. Castro Seixas, Tomás & Giacchetta, 2020).

A pandemia teve um grande impacto ao nível do turismo na zona de Belém e por conseguinte, na frequência deste jardim. As conversas informais realizadas com os vendedores de gelados e de balões neste espaço realçaram o fecho do parque infantil como fator crucial para a diminuição de visitantes. No entanto, no pós-confinamento, o fecho do parque infantil não afastou completamente as famílias com crianças deste jardim, que agora se encontram no relvado a relaxar, a fazer piqueniques ou a jogar à bola, ou então a andar de bicicleta ou de trotinete nos caminhos em redor do relvado. Em algumas ocasiões foi possível observar o uso do parque infantil e também do parque fitness (ambos nessa altura interditos devido à pandemia), por parte de algumas crianças.

O Jardim das Ondas (cf. Figura 2), no Parque das Nações, é parte integrante dos 'Jardins de Água' e foi criado para a Expo'98, sendo posteriormente reabilitado em 2016. Este jardim está situado por detrás do Oceanário, em frente ao rio. A sua característica mais significativa é o seu relvado, criado para simular as ondas do oceano. O jardim não possui nenhum equipamento para crianças, mas nem por isso é menos procurado por famílias com crianças pequenas, portuguesas e estrangeiras, de várias etnias e classes sociais. Enquanto a maior parte dos adultos relaxa no relvado, as crianças exploram o espaço correndo, saltando, ou rebolando na relva. Também é frequente vermos várias crianças a brincar em conjunto, ou mesmo com os adultos, jogando à bola, brincando às corridas, às escondidas ou à apanhada e fazendo ginástica. Trata-se portanto de um lugar que promove o desenvolvimento da mobilidade independente e da sociabilidade intra e intergeracional, revelando a importância do corpo e dos sentidos na apropriação do espaço (Koller & Farley, 2019; Hackett, 2016).

As conversas informais com informantes-chave no Parque das Nações (trabalhadores do Oceanário,



Figura 1 – Jardim Vasco da Gama, Belém, Lisboa · (Eunice Castro Seixas © 2020)

da restauração e vendedores de gelados) revelaram o impacto da pandemia ao nível da redução de visitantes – sobretudo de turistas estrangeiros. No entanto, não observámos grandes mudanças em relação ao uso do espaço. No pós-confinamento, este jardim continuou a ser frequentado por jovens e por famílias com crianças, (embora agora quase exclusivamente por portugueses) e a estimular as mesmas atividades de relaxamento e exploração do espaço. O trabalho de campo revelou todavia que, no pós-pandemia, os adultos tendiam a ser mais protetores na sua supervisão das crianças, comportando-se cada vez mais como “pais helicóptero”.

O Parque da Praça do Tejo (cf. Figura 3 abaixo) está localizado a norte da Torre Vasco da Gama,

sendo ladeado pelo Passeio dos Heróis do Mar e pelo Passeio do Tejo. O trabalho de campo pré-Covid revelou, em primeiro lugar, que este espaço era muito frequentado por crianças portuguesas e estrangeiras, estando frequentemente lotado ao fim de semana durante a Primavera e o Verão. Em segundo lugar, foi possível perceber um padrão claro em termos de distribuição socioespacial das crianças e dos adultos que as acompanhavam neste lugar, denotando uma representação do parque infantil como um espaço para as crianças e as zonas envolventes como espaços para os adultos. A vedação em torno do parque materializava esta segregação (Pitsikali & Parnell, 2019), funcionando simultaneamente como uma forma de contenção e de securitização das crianças (Hart, 2002).



Figura 2 – Jardim das Ondas, Parque das Nações, Lisboa · (Eunice Castro Seixas © 2020)

A pandemia levou ao fecho do parque e teve um grande impacto no uso deste espaço, que se esvaziou quase inteiramente de crianças, sendo agora quase exclusivamente utilizado para caminhadas ou para a prática de desporto – correr ou andar bicicleta – junto ao rio. Grande parte dos turistas desapareceram e a atmosfera do espaço também mudou, tornando-se agora muito mais silenciosa e relaxante. A existência de algumas esplanadas permitem que este seja um lugar agradável para estar, mas muito mais para os jovens e adultos, do que para as crianças. O trabalho de campo revelou

a existência de um movimento de residentes que reclamava a abertura do parque infantil, assim como a reapropriação esporádica deste espaço por alguns adultos do sexo masculino. É possível que, em tempos de pandemia, espaços menos flexíveis como este levem à emergência de formas de resiliência ancoradas em processos diversos de apropriação comunitária à margem da lei.



Figura 3 - Parque Infantil da Praça do Tejo, Parque das Nações, Lisboa: (Eunice Castro Seixas © 2020)

Notas Finais

Numa perspetiva social crítica, a resiliência urbana tem de ser pensada no confronto com uma série de questões tais como: Resiliência de quem?; Resiliência de que áreas urbanas?; Quem está incluído/excluído e quem decide o que é desejável? (Cote & Nightingale, 2012; Cretney, 2014; Mohaupt, 2008; Peyroux, 2015). As mesmas questões são pertinentes para uma análise do direito à cidade : Direito por parte de quem? Em relação a que espaços? Quem está incluído/excluído? Quem decide acerca do planeamento e gestão urbana? A questão das desigualdades estruturais urbanas é portanto fulcral para a análise de ambas as questões do direito à cidade e da resiliência urbana.

A resiliência da cidade face à pandemia é também ela função da resiliência dos seus grupos sociais mais desfavorecidos e as questões da habitação, do emprego e da mobilidade são centrais a esta análise, como o são as iniciativas por parte da sociedade civil. Se o direito à cidade não pode ser entendido meramente como um direito individual de acesso a recursos urbanos, uma vez que este representa “o exercício de um poder coletivo para moldar o processo de urbanização” e “a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos” (Harvey, 2008, p. 23, tradução dos autores), também a resiliência não pode ser entendida como mera forma de adaptação individual (ou mesmo comunitária) aos choques externos (Mohaupt, 2008). A recente transposição do conceito de

resiliência para as políticas urbanas tem-se revelado problemática devido, em grande parte, à dificuldade de operacionalização do conceito e ao facto do contexto urbano ser altamente complexo e desigual. Mais preocupante é o facto da resiliência permitir ao poder local mostrar preocupação com a proteção dos grupos vulneráveis, mantendo simultaneamente o status quo (Peyroux, 2015). No caso deste estudo, acrescentaríamos que a visão adultocêntrica das cidades e a invisibilidade das crianças nas políticas urbanas põem em causa quer a efetivação do direito das crianças à cidade, quer a resiliência urbana face à atual pandemia.

Como aconteceu em relação a outras pandemias no passado, o Covid-19 está a transformar as relações sociais nas cidades, instigando uma série de medos paradoxais tais como: “o medo do corpo/pelo corpo; o medo dos outros próximos/pelos outros próximos; o medo de não saber/o medo de saber e o medo da ação/o medo da inação” (Schimmenti, Billieux & Starcevic, 2020, p. 41, tradução dos autores). Estes medos têm diferentes inscrições consoante os grupos sociais e os contextos em que estes grupos circulam. No mesmo sentido, embora haja evidência de que as crianças de vários países e continentes valorizam os mesmos elementos das cidades amigas das crianças – acesso a ambientes seguros e amigáveis, a brincadeiras, à natureza, aos amigos e familiares, existem variações socioculturais no modo como estes aspetos são experienciados e contribuem para a resiliência das crianças (Derr, Corona, & Gülgönen, 2019, p. 15). Neste ponto, é importante salientar dois aspetos: o primeiro prende-se com as variações socioculturais na forma como os pais e os adultos tendem a restringir (em maior ou menor grau) a mobilidade independente das crianças na cidade; o segundo relaciona-se com a invisibilidade de alguns grupos minoritários nos parques urbanos analisados (principalmente da etnia cigana que quando está presente é em trabalho). Em tempos de Covid-19 estas diferenças socioculturais na apropriação do espaço podem também ter ressonância com a adesão às normas de distanciamento social e uso de máscaras, cuja variação em função de variáveis sociodemográficas está ainda por analisar em Portugal.

Referências

- Aloi, A., Alonso, B., Benavente, J., Cordera, R., Echániz, E., González, F., Ladisa, C., Lezama-Romanelli, R., López-Parra, A., Mazzei, V., Perrucci, L., Prieto-Quintana, D., Rodríguez, A., & Sañudo, R. (2020). Effects of the COVID-19 lockdown on urban mobility: empirical evidence from the city of Santander (Spain). *Sustainability* (Switzerland), 12(9), 3870. <https://doi.org/10.3390/su12093870>
- Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Polity Press.
- Brouder, P., Teoh, S., Salazar, N. B., Mostafanezhad, M., Pung, J. M., Lapointe, D., Desbiolles, F. H., Haywood, M., Hall, C. M., & Clausen, H. B. (2020). Reflections and discussions: tourism matters in the new normal post COVID-19. *Tourism Geographies*, 22(3), 735-746. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1770325>
- Byrne, J. (2012). When green is White: The cultural politics of race, nature and social exclusion in a Los Angeles urban national park. *Geoforum*, 43(3), 595-611.
- Castro Seixas, E., Tomás, C. & Giacchetta, N. (2020). Os Jardins/Parques Urbanos de Lisboa pelo Olhar de Adultos e pela Ação das Crianças. *Práxis Educacional*, 16(40), 134-163. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.6890>
- Cole, H. V. S., Anguelovski, I., Baró, F., García-Lamarca, M., Kotsila, P., Pérez del Pulgar, C., Shokry, G., & Triguero-Mas, M. (2020). The COVID-19 pandemic: power and privilege, gentrification, and urban environmental justice in the global north. *Cities & Health*, 1-5. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1785176>
- Cote, M., & Nightingale, A. J. (2012). Resilience thinking meets social theory: Situating social change in socio-ecological systems. *Progress in Human Geography*, 36(4), 475-489.
- Cretney, R. (2014). Resilience for whom? Emerging Critical Geographies of Socio-ecological Resilience. *Geography Compass*, 8(9), 627-640. <https://doi.org/10.1111/gec3.v8.9>
- Derr, V., Corona, Y., & Gülgönen, T. (2019). Children's perceptions of and engagement in urban resilience in the United States and Mexico. *Journal of Planning Education and Research*, 39(1), 7-17. <https://doi.org/10.1177/0739456X17723436>
- Fotel, T. (2009). Marginalized or Empowered? Street Reclaiming Strategies and the situated politics of children's mobilities. *Geography Compass*, 3(3), 1267-1280. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2009.00235.x>
- Freeman, C., & Tranter, P. (2011). *Children and Their Urban Environment: Changing Worlds*. Earthscan.
- Gill, T. (2007). *No Fear: Growing up in a risk society*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hackett, A. (2016). Young children as wayfarers: Learning about place by moving through it. *Children & Society*, 30(3), 169-179. <https://doi.org/10.1111/chso.12130>
- Harvey, D. (2008). The right to the city. *New Left Review*, 53, 23-40.
- Hart, R. (2002). Containing children: some lessons on planning for play from New York City. *Environment & Urbanization*, 14(2), 135-148. <https://doi.org/10.1177/095624780201400211>
- Honey-Rosés, J., Anguelovski, I., Bohigas, J., Chireh, V., Daher, C., Konijnendijk, C., Litt, J., Mawani, V., McCall, M., Orellana,

- A., Oscilowicz, E., Sánchez, U., Senbel, M., Tan, X., Villagomez, E., Zapata, O., & Nieuwenhuijsen, M., (2020). The impact of COVID-19 on public space: A Review of the Emerging Questions – design, perceptions and inequities. OSF Preprint <https://doi.org/10.31219/osf.io/xf7xa>
- Hutchison, R. (1988). A critique of race, ethnicity, and social class in recent leisure – recreation research. *Journal of Leisure Research*, 20(1), 10–30. <https://doi.org/10.1080/00222216.1988.11969754>
- Jansson, M., (2008). Children’s perspectives on public playgrounds in two Swedish communities. *Children, Youth Environments*. 18(2), 88–109.
- Jenks, C. (2005). Journeys into Space. *Childhood*, 12(4), 419–424. <https://doi.org/10.1177/0907568205058600>
- Katz, C. (1995, April 11-13). *Ravaged Cities, Plundered Childhoods* [Paper presentation]. Building Identities International Conference, University of Amsterdam, Netherlands.
- Koller, D., & Farley, M. (2019). Examining elements of children’s place attachment. *Children’s Geographies*, 17(4), 491–500. <https://doi.org/10.1080/14733285.2019.1574336>
- Lefebvre, H. (1974). *La Production de l’espace*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (1996). *Writings on Cities*. Wiley-Blackwell.
- Low, S., Taplin, D., & Scheld, S. (2005). *Rethinking urban parks: Public space and cultural diversity*. University of Texas Press.
- Massey, D. (1991). A global sense of place. *Marxism Today*, June, 24–29.
- Mohaupt, S. (2009) Review article: Resilience and social exclusion. *Social Policy and Society* 8(1), 63–71. <https://doi.org/10.1017/S1474746408004594>
- Peyroux, E. (2015). Discourse of urban resilience and ‘inclusive development’ in the Johannesburg Growth and Development Strategy 2040. *The European Journal of Development Research*, 27(4), 560–573. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2015.52>
- Pavel, F. (2020). Em que casa fico? Reflexões acerca do direito à cidade e à habitação em tempo de COVID-19. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, 114, 203–206. <https://doi.org/10.18055/Finis19764>
- Pitsikali, A., & Parnell, R. (2019). The public playground paradox: ‘child’s joy’ or heterotopia of fear?. *Children’s geographies*, 17(6), 719–731. <https://doi.org/10.1080/14733285.2019.1605046>
- Samuelsson, K., Barthel, S., Colding, J., Macassa, G., & Giusti, M. (2020, April 17). Urban nature as a source of resilience during social distancing amidst the coronavirus pandemic. OSF Preprint <https://doi.org/10.31219/osf.io/3wx5a>
- Sharifi, A., & Khavarian-Garmsir, A. R. (2020). The COVID-19 pandemic: Impacts on cities and major lessons for urban planning, design, and management. *Science of The Total Environment*, 142391. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.142391>
- Schimmenti, A., Billieux, J., & Starcevic, V. (2020). The four horsemen of fear: An integrated model of understanding fear experiences during the COVID-19 pandemic. *Clinical Neuropsychiatry*, 17(2), 41–45. <https://doi.org/10.36131/CN20200202>
- Tendais, I., & Ribeiro, A. I. (2020). Espaços verdes urbanos e saúde mental durante o confinamento causado pela Covid-19. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. <https://doi.org/10.18055/Finis20184>
- Venter, Z., Barton, D., Gundersen, V., Figari, H., & Nowell, M. (2020). *Urban nature in a time of crisis: recreational use of green space increases during the COVID-19 outbreak in Oslo, Norway*. SocArXiv. <https://doi.org/10.31235/osf.io/kbdum>

O PARADOXO DO PARQUE INFANTIL E A CRIANÇA EM NÓS: REFLEXÕES DE UM TEMPO INTERROMPIDO⁶

Sara Calado Gonzalez, CAPP – Universidade de Lisboa
Paulo Castro Seixas, CAPP – Universidade de Lisboa

Dedicamos este texto ao Professor Carlos Neto

1. Introdução

“As crianças têm um tempo disponível inferior ao dos prisioneiros: em média, 2 horas por dia” (Neto: 2020).

A partir de uma investigação (interrompida) sobre um parque infantil na freguesia da Ajuda, foi possível refletir sobre os constrangimentos e (im)possibilidades de desenvolver trabalho de campo, bem como questionar as limitações e potencialidades do parque infantil enquanto tal. O que pensar dos parques infantis durante o confinamento e, especificamente, com a proibição do seu uso? O que pensar das condições anteriores a esta proibição? Terá sido sempre o parque das crianças? Ou o vazio deixado pela proibição não é apenas de uma continuidade que vinha detrás? E onde estão as crianças agora?

A 11 de março a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a COVID-19 como pandemia. Ninguém poderia pensar que o ano de 2020 ficaria marcado por um confinamento, desconfinamento e semi-confinamento e por outras várias medidas sanitárias para conter a propagação do coronavírus. Passados cerca de 9 meses e quase completando um ano, a vida parece ainda estar em pausa: enquanto que o verão pareceu dar algum descanso e até ânimo, rapidamente foi substituído por sentimentos de insegurança, receio, ambiguidade e hesitação em viver o presente e planear o futuro.

Para além das repercussões na vida de cada um, esta situação também trouxe ao de cima novas

questões ou o ressurgimento de outras que agora ganharam um novo protagonismo. Em especial, as questões ligadas à cidade e sua organização, assim como à mobilidade. Para além do teletrabalho, as centralidades multifuncionais (“cidades dos 15 minutos”) e a aceleração das mobilidades suaves surgiram como soluções. Há ‘utopias para realistas’ a discutir de forma mais séria no rescaldo da pandemia como a semana de 15 horas e o rendimento básico universal entre outras (Bregman, 2018).

Em consequência das medidas de contingência, os espaços onde decorre prática de atividade física foram considerados locais que potenciam a transmissão da infeção, por contato direto e/ou indireto. Também em relação aos parques e jardins foram definidas recomendações e regras como a não disponibilização de bebedouros e a indispensável desinfeção e uso de máscara. Em março de 2020, começam a fechar os jardins e os parques infantis: uma fita vermelha e branca a cercá-los faz lembrar o lugar em que foi cometido um crime – “é que não consideramos prioritário, nem de longe nem de perto a abertura de parques infantis, sendo que as crianças têm todo o ar livre para brincar”⁷ – afirma a Diretora de DGS em julho. Em outubro, por algumas Câmaras Municipais terem decidido reabri-los, foi desaconselhada de novo a sua utilização visto que poderiam congregiar um número elevado de crianças sem regras de uso num espaço sem higienização regular. Em forma de explicação, a Diretora-Geral de Saúde indicou outra vez outros espaços mais seguros onde as crianças poderiam brincar e utilizar: relvados e parques públicos⁸. De facto, a mensagem mais forte ao longo de vários meses era ‘Fiquem em Casa’, que é como quem diz, o ‘bicho’ anda lá fora e o arco-íris podemos sempre vê-lo pela janela! O Zink dizia “Bom dia, minha senhora, viemos para instalar o medo. E, vai ver, é uma categoria” (Zink, 2016)

6 Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P, no âmbito do projeto PTDC/SOC-SOC/30415/2017.

7 Diário de Notícias (10-7-2020) <https://www.dn.pt/pais/dgs-nem-de-perto-nem-de-longe-recomenda-reabertura-de-parques-infantis-12411813.html>

8 <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/dgs-desaconselha-uso-de-parques-infantis-por-terem-riscos-acrescidos-12887744.html>

O bicho lá fora

A ideia de que há ‘bichos lá fora’ é novidade. Toda a gente sabe isso. Há livros sobre isso. E também filmes. Há ‘bichos lá fora’ dos quais devemos ter medo. Os adultos dizem-no desde há muito tempo às crianças e, por isso, quando os adultos o dizem a outros adultos, enfática e dramaturgicamente, é claro que estes se transformam em crianças. E não será mesmo para isso? Tenham medo, tenham mesmo muito medo!

O bicho-papão, o Papa-figo, o homem do saco, em Portugal e Brasil, a Cuca no Brasil, o Zwart Piet (pedro-negro) nos Países Baixos, o housecker no Luxemburgo; o Knecht Ruprecht na Alemanha...como se parecem de repente com o ‘vírus da China’. No final é sempre o mesmo ‘medo’ e o medo, no final, é sempre do ‘Outro’.

O ‘Outro’ é uma forma animal perigosa ou um ser humano perigoso. É o medo sob várias formas. E não haverá consenso sobre a forma do ‘bicho-papão’ mas se pesquisarmos poderá “ser um monstro muito grande e gordo, que tem os olhos vermelhos”; a Cuca no Brasil é antropomórfico: uma espécie de pessoa com cabeça de jacaré. Em Portugal e no Brasil o homem-do-saco estava associado ao cigano, o pedro-negro da Holanda associava-se aos mouros vindos de Espanha ou mesmo aos negros africanos.

As imagens antropomórficas do coronavírus que vão aparecendo evocam uma espécie de Hulk-bicho-papão, um bicho verde de um só olho, de lábios grossos

com um osso na cabeça que se diria uma mistura de ciclope, marciano e indígena; outras imagens evidenciam o vírus-chinês e, eventualmente nessa continuidade, uma iconografia típica do fascismo em luta contra forças comunistas. O bicho continua lá fora!



Figura 1. Meme sobre Coronavírus; Fonte: iFunny Data; 08.12.2020

Figura 2. Desenho Infantil do Coronavírus; Fonte: BBC NEWS Brasil; Data: 08.12.2020

Figura 3. Bandeira da China com máscara facial; Fonte: dreams-time.com; Data: 08.12.2020

Figura 4. Imagem do Coronavírus. Fonte: som alogic.com; Data: 08.12.2020

À espera das crianças

Este trabalho resulta do interesse da Junta de Freguesia da Ajuda em reunir dados de caracterização dos utilizadores do parque infantil, tendo especial atenção às crianças, visto que o espaço foi construído para as mesmas. O objetivo seria realizar um levantamento e análise da frequência, usos e avaliação do parque pelas crianças, colocando-nos, nós investigadores, como intermediários entre os poderes políticos e as crianças no sentido de apresentar uma avaliação e recomendações não só da situação do parque infantil, mas acima de tudo, das possibilidades e soluções que poderiam ser

realizadas. Esta proposta seguiria assim a lógica de um planeamento participativo, dando possibilidade para pensar as políticas públicas (locais) de forma inclusiva tendo em consideração as opiniões das crianças de maneira a combater a sua exclusão do planeamento das cidades. Equacionar, neste debate, a ideia de uma “cidadania da infância” (Sarmiento:2007) abre caminho a novas conceções alargadas de formas de cidadania, exercendo as crianças os seus direitos para além dos dispositivos da democracia representativa. O espaço do parque infantil da Rua Professor Cid dos Santos, Ajuda, está situado num terreno com arvoredo e relvado em seu redor, posicionando-se



Fig. 5. *Parque Infantil*, Ajuda, Lisboa;
Fonte: Autores; Data: 22.09.2020



Fig. 6. *Parque Infantil*, Ajuda, Lisboa;
Fonte: Autores; Data: 22.09.2020

entre o ISCSP (Pólo Universitário da Universidade de Lisboa) e o Bairro 2 de Maio. O Bairro e o parque infantil estão separados por uma estrada com um grande fluxo de trânsito e que leva a que o parque infantil seja percecionado como estando afastado, longe, visto que a estrada é entendida como barreira à sua usufruição livre. Ao mesmo tempo, a sua localização está em parte “escondida” no conjunto do espaço verde sendo que as estruturas do parque necessitam de manutenção. Como em muitos casos, o parque infantil é um espaço-entre um interstício na cidade, o que restou do planeado...e que foi durante muito tempo um vazio urbano, um matagal, um espaço ‘selvagem’ propício aos animais. Havia mesmo barracos para animais. É claro que o espaço foi domesticado no quadro dos ‘corredores verdes’ da cidade, fez-se

uma vereda com iluminação e bancos, instalaram-se hortas municipais e...um parque infantil.

No momento em que projetávamos os caminhos metodológicos, foram decretados o confinamento obrigatório e o estado de emergência. Nos meses seguintes, foram sendo aplicadas diversas medidas sanitárias que dificultavam ou impediam o contato direto, com especial atenção às crianças. As cidades fecharam, o teletrabalho tornou-se de repente o *novo normal* e a grande maioria de estudantes no planeta passaram para aulas *online*. Vimo-nos obrigados a (re)pensar de que maneira o nosso trabalho poderia ser iniciado e estabelecer contato com as crianças do Bairro 2 de Maio. Como seria possível desenvolver o trabalho tendo em conta que muito provavelmente não existiria contacto direto com as crianças?

A cidade-ecrã

A casa introverteu a cidade. Para muitos a cidade-ecrã que passou a entrar no nosso quarto, fechada a porta aos pais, é suficiente. Entre jogos mais fortes (Call of Duty; Battlefield; Commandos; Men of War) para os mais fortes e, para os outros, os Nintendos, o tik-tok, o insta, o facebook e os vídeos do youtube alternados com as 'temporadas' e as conversas intermináveis pelo whatsapp o tempo passa. E...claro, ia-me esquecendo: as aulas! A cidade lá fora pode desabituar-se de nós que muitos de nós já não nos importamos. Não sabíamos quão facilmente nos podemos transformar em hikikomori (aquele meio milhão de japoneses que vivem meses ou anos confinados no seu exíguo apartamento ou mesmo no quarto da casa dos pais). Estamos bem, estamos confortáveis e já não queremos voltar à cidade. Para quê!? A cidade está toda aqui. Na minha casa, no meu quarto!

A circulação já não era muita e muito era por vezes o tempo que se perdia: entre a escola e a casa e os treinos pouco mais tempo dava para o que quer que fosse. De facto, a cidade já tinha deixado de existir: era um movimento sem sentido no vidro do carro entre insta, tik-tok ou outra coisa qualquer. - Já chegámos?

Agora estávamos sempre lá! 'Clic' no botão e chegámos. Chegávamos até mesmo de pijama, de roupão, antes mesmo de tomar banho. - Com isto já rompemos

dois pijamas e três pares de meias! Mas estamos sempre lá mesmo antes de sair da cama!

A Fisher-Price lança o brinquedo My Home Office em agosto de 2020 marcando assim a socialização para o teletrabalho e a cidade-ecrã. O design do produto não é fantástico. Entretanto, um falso 'work from home playset' começou a surgir na net com um design muito mais interessante: uma criança com ar sério, de pantuflas, está num zoom no computador. Um copo de vinho, uma garrafa vazia e deitada e uma outra ainda cheia, ambas atrás do computador, o pacote de batatas fritas no chão e a filho/a chorar debaixo da mesa completam o cenário. Só ficamos sem saber ao certo se o falso surgiu depois ou antes do verdadeiro. De qualquer forma, o falso é mais verdadeiro que o verdadeiro! E crítico.



Figura 7. Fisher-Price My Home Office Playset; Fonte: Fisher-Price.com; Data: 08.12.2020



Figura 8. Fisher-Price Work From Home Playset Meme; Fonte: cafemom.com; Data: 08.12.2020

Entendemos que a investigação não se deve apoiar numa relação desigual entre investigador-adulto e crianças, ou seja, devemos reconhecer que o investigador-adulto tem um duplo papel de poder - de adulto e investigador - para, então, poder subverter esta relação e assim, estabelecer a criança como parceiro (Soares:2005). Isto não implica que de um momento para o outro a criança deixe de olhar para o investigador como adulto, equiparando-o como seu igual. Pelo contrário, a metodologia participativa é a porta de entrada para a colaboração de dois indivíduos distintos resultando num processo para uma co-construção de conhecimento. Mas para atingir este objetivo, a entrada no terreno é fundamental para estabelecer contacto e, assim, adquirir estatuto de integrante do grupo e ter uma visão do seu interior. A

aceitação do adulto por parte das crianças é difícil devido às suas diferenças visíveis - maturidade cognitiva e comunicativa, poder e tamanho físico (Christensen: 2017) - o que implica um esforço redobrado do investigador-adulto em captar as atenções e capacitar as crianças para a sua participação na investigação (Soares: 2005).

Foi possível através de contatos pessoais, estabelecer ligação com uma associação que desenvolve trabalho junto dos idosos, crianças e jovens no bairro 2 de maio. Foi assim explicado a um dos membros responsáveis as razões e contornos da pesquisa sobre o parque infantil tendo como pressuposto o total respeito com o seu nível de envolvimento e moldes de participação. Assim, a opção metodológica foi também condicionada pela disponibilidade de participação das monitoras da

associação, bem como do número de crianças que naquele momento frequentava a associação. O *timing* também foi relevante visto que o primeiro contato foi realizado no início do verão, altura que a associação desenvolvia com menos intensidade as suas atividades e estava perto da pausa para as férias. Ao mesmo tempo, devido à pandemia, o trabalho com a associação teve de ser desenvolvido à distância.

Assim, foi definido que a metodologia a ser aplicada seria um inquérito em conjunto com uma produção visual feita pelas crianças, neste caso desenhos. O inquérito foi elaborado de forma a compreender os usos que os inquiridos fazem do espaço e a sua frequência, bem como uma avaliação dos aspetos negativos ou positivos do mesmo. Por sua vez, os desenhos foram uma tentativa de dar mais liberdade às crianças: foi pedido que desenhassem o parque infantil que desejariam ter e as suas características. Os inquéritos e os desenhos foram digitalizados e enviados por e-mail e depois analisados. Os inquéritos foram realizados a 11 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 9 e os 17 anos.

Contudo, esta linha metodológica evidenciou fragilidades. Primeiro, pela natureza de recolha de dados. Os inquéritos são excelentes meios para nos darem indicações gerais e de contextualização, mas ineficazes quando queremos entender de forma detalhada as concepções e usos (neste caso do parque infantil). Segundo, os inquéritos não nos permitiram, neste contexto, estabelecer contacto com as crianças. O contacto direto é fundamental em contexto de trabalho com crianças visto que é a partir dele que conseguimos iniciar e desenvolver as relações entre investigador e interlocutor, entre adulto e criança. Relações essas que têm de ser construídas de forma ética, no sentido de desenvolver a pesquisa adaptada à rotina das crianças tendo em conta o seu consentimento, privacidade e desejos de participação. Por outro lado, desenhos por si só, sem nenhuma explicação por parte das crianças, ficam à total mercê da análise do investigador-adulto e, conseqüentemente, criam espaço para a alteração ou subversão das ideias das crianças. Mesmo que invoquemos a criança em nós! Por último, a



Figura 9. Desenho do Parque Infantil Desejado



Figura 10. Desenho do Parque Infantil Desejado

própria produção visual bem como o preenchimento dos inquéritos não foram acompanhados pelo investigador, ficando à responsabilidade das monitoras da associação. Para além dos inquéritos e dos desenhos, foi também realizada uma videochamada com a presença de algumas crianças e auxiliada pela presidente da associação e monitoras. Nesse breve momento, as crianças desenvolveram algumas das suas críticas e pontos de vista em relação ao parque infantil. Contudo, este primeiro momento de contato “direto” não foi o suficiente para aprofundar de forma clara algumas ideias levantadas.

Apesar destas condicionantes, os inquéritos

serviram não apenas como um primeiro contacto com a associação (permitindo o desenvolvimento do trabalho nos meses seguintes, mas já em modo presencial), mas também permitiram uma contextualização geral da visão das crianças e jovens em relação ao parque infantil.

À espera de um (novo) planeamento

Apesar de se tratar ainda de resultados preliminares, o parque é conhecido por todas as crianças e jovens sendo que a maioria afirma frequentar o espaço “poucas vezes” e três inquiridos responderam “quase nunca” ou “nunca”. Parecem existir duas razões principais que explicam a pouca regularidade na frequência do parque pelas crianças. Primeiro, por o parque se encontrar num espaço que é considerado não seguro devido à rua que o separa do Bairro 2 de Maio. Algumas crianças apontam que devido a esta situação são condicionadas pelos pais na frequência do parque de forma livre e autónoma. A segunda razão relaciona-se com a fraca diversidade de equipamento que aos olhos das crianças não corresponde à sua conceção de diversão, e que são ao, mesmo tempo, inadequados

para a sua idade: as respostas mais comuns incluem os equipamentos partidos, o escorrega e não haver “atrações para a minha idade”. Por outro lado, é bastante valorizada a presença de bancos que permitem o encontro de amigos, acabando por ser um espaço/ponto de convívio.

É perceptível que a utilização deste parque infantil é residual: sem as condições que aos olhos dos inquiridos são indispensáveis e atrativas, o parque permanece apenas um espaço onde as estruturas lúdicas ganham desuso; um espaço que é desvalorizado; um espaço que é quase ignorado. Um espaço que na realidade não foi construído a pensar nos interesses e possíveis usos por parte das crianças, mas um espaço que obedeceu a regras e preceitos do ponto de vista dos adultos. O desenho e construção do parque infantil segue um modelo padronizado, deixando de fora múltiplas possibilidades de brincadeiras e usos. Os parques infantis assumem um duplo papel: são por um lado reclamados pelas crianças e privilegiados pelas mesmas como espaços que permitem brincar e socializar com outras crianças, mas por outro lado, são pensados como espaços que moldam as necessidades das crianças restringindo a sua liberdade e autonomia face aos adultos (Cunnigham & Jones:1999).

O confinamento do coração

O que custa mais é a falta de beijinhos e de abraços. Até em casa nos afastamos. Quando de repente o ‘vírus’ pode estar entre nós, o medo fica instalado. O medo falado ou não que temos de contaminar os pais, que os pais têm que os contaminemos. Até entre namorado/as temos receio.

As cidades domesticaram o coração (Simmel: c1902,1997) e, por isso confinaram a infância indomável (Lyotard: 1988). Restringiu-se o lugar da infância ao domesticamento da casa, da escola e dos parques infantis. Para além disso, o centro comercial e as redes sociais tornam-se a cidade possível. Saudades da cidade? Às vezes do centro comercial! Agora, aos adultos

é exigido uma ‘focinheira’ ou um ‘açaimo’ que os faz parecer cães hesitantes. A nós não nos é exigida a ‘focinheira’ até aos 10 anos, mas tiraram-nos os abraços e os beijinhos que é bem pior. Não nos deixam ser crianças! Já não tínhamos cidade, tiraram-nos a rua, a escola era uma ‘seca’ e agora até que temos saudades, os parques infantis são bons nos primeiros 15 minutos. E agora isto!



Figura 11. Imagem da Música “Sem abraço, sem beijinho e sem aperto de mão”; Fonte: saopauloparacrianças.com.br; Data: 08.12.2020



Fig. 12. Gif do Pinterest <https://br.pinterest.com/pin/754353006322684430/>

No inquérito realizado, foi colocada a pergunta “se pudesses mudar alguma coisa no parque o que mudarias?”. A maioria respondeu que reparava os equipamentos partidos ou mudaria, acrescentaria mais equipamentos: colocavam baloiços; insufláveis; castelos de madeira; um jardim com três andares; punham um “jogo de atirar a bola e acertar no alvo para a pessoa cair na água”; um slide; e claro, um parque de futebol com “grades e portão para ninguém saltar”. O desejo de existir um parque dentro do bairro era comum a todas as crianças: “ter um parque dentro do bairro porque a estrada é muito perigosa e no parque não há ruas”; “O parque poderia ser construído ao pé do jardim comestível”.

Importa realçar que existem algumas diferenças em relação aos inquiridos no que toca as respostas dadas e a sua idade: os mais velhos (17-19 anos) frequentam o parque mais autonomamente, o que indica que têm uma visão menos crítica: dos 4 inquiridos apenas 1 demonstrou que gostaria de ver uma mudança no parque – comparativamente com os inquiridos entre os 9 e os 12 anos: dos 7 inquiridos 6 responderam afirmativamente que gostavam de ver mudanças no parque infantil.

Podemos sempre perguntar: Para que serve afinal um parque infantil? Deve ser um espaço público que possibilita às crianças a convivência com a diferença numa metáfora da cidade? Ou deve ser um lugar de fantasia para as crianças viverem os sonhos que inventam? Ou deverá ser ambas as coisas se possível? Se for dentro do bairro, a deslocação autónoma é possível ao mesmo tempo que para os pais se torna um espaço seguro, a ‘defensible space’ (Newman, 1996). No entanto tal retira-lhe o cariz de verdadeiro espaço público, impedindo a convivência da diferença e o acesso à cidade. A fantasia ou a cidade? a deslocação autónoma perto ou a dependência no desafio da distância? a segurança ou a aventura?... Se ser urbano é ser translocal, pela mobilidade (Remy e Voyée, 1994), a socialização meramente local é um impedimento no acesso à cidade. Se a cidade é a convivência de estranhos (Fernandez-Martorell, 2009), o parque infantil de bairro não é cidade. Se se preferir a fantasia perto à cidade, a velocidade (Virilio, 2000) da tecnologia ganha ao parque infantil...O paradoxo do parque infantil

é o de um espaço público confinado, da infância indomável numa ‘liberdade de pátio’, da fantasia sem velocidade de ecrã.

A ‘liberdade de pátio’

A realidade atual colocou em questão os entendimentos da cidade: os seus propósitos, as suas configurações e o seus usos. As populações mais fragilizadas ou as que acabam por ser menos consideradas nestes entendimentos foram as mais atingidas pela pandemia: o acesso já limitado e condicionado à cidade ficou ainda mais circunscrito. Foi o caso das crianças. No nosso estudo de caso em concreto, o parque infantil mesmo antes da pandemia já não era procurado pelas crianças ou, quando o era, as crianças mais novas tinham de se fazer acompanhar por um adulto. No entendimento dos adultos, a cidade é um lugar perigoso sendo indispensável a vigilância e controlo que é muitas vezes alimentado por um medo parental. A pandemia veio potenciar esta situação. A uns medos somaram-se outros. O que é apresentado como um “novo” problema, é em si um reflexo do problema sistémico da cidade: a cidade planeada deixa de fora as suas crianças, encapsulando-as e afastando-as da vida urbana. A cidade é pensada e construída pelos e para os adultos. Com o confinamento, as crianças perderam mais um espaço em que poderiam ter uma sensação de alguma ‘liberdade de pátio’ (Carvalho: 2013). A cidade retirou-lhes um dos já poucos espaços delas.

O que concluímos é que determinados sujeitos de estudo são impossíveis de investigar sem um contacto direto com os interlocutores. Sim, mas a ausência desse contacto direto, a impossibilidade de contactarmos com certos sujeitos deve interrogar-nos e ser objeto de investigação. Se temos um desejo cujo objeto... é inacessível... porventura é lá que está a nossa vida, aquela de que nos privaram, aquela que nos está a passar ao lado, a que querem que nos passe ao largo: a da criança indomável, agora cada vez mais domesticada. E com ela nós! E porventura o futuro! Se domesticarmos completamente as crianças, os adultos nada mais serão que zombies!

A comunicação com as crianças tem características específicas e muitos variáveis (sendo a idade um fator considerável) e dessa forma é imprescindível que o investigador descubra novas formas e mecanismos adaptados e preferidos pelas crianças. Trata-se no fundo, de ser construída uma relação o mais igualitária possível entre investigador-adulto e criança. É que as crianças são atores sociais com capacidade de interpretar o mundo que os rodeia, sujeitos de conhecimento (Soares et al:2005). Assim, temos de ser capazes de aprender com quem está a aprender, voltar a descobrir que há mundo para descobrir.

Mas temos também que perceber que estes sujeitos de estudo são cada vez mais difíceis. Por um lado, as crianças são sujeitos em confinamento contínuo: um viajante enclausurado (Seixas: 2003), numa civilização capsular (De Cauter: 2004), entre 'ilhas urbanas' espacialmente distantes tornando-as dependentes dos adultos (Zeihner: 2003): a casa, a escola, o ATL.... Por outro lado, há uma série de precauções com as crianças como sujeitos de investigação em função dos seus direitos e do seu consentimento informado que as afastam ainda mais da possibilidade de encontros livres com ... estranhos. O investigador acaba sempre por as encontrar em encapsulamento. É claro que podemos tentar sempre novas abordagens, mas em última análise é sobre o confinamento que temos de refletir e sobre as crianças em nós enquanto um desejo sem objeto, um inacessível que desejamos em função da nossa própria liberdade de pátio. É imperioso que libertem as crianças para que possamos ter futuro!

Referências

- Bregman, R. (2018) *Utopia para Realistas*. Bertrand.
- Carvalho, M. (2013). *A Liberdade de Pátio*. Porto Editora
- Cunningham, C. J. & Jones, M. A. (1999). The playground: A confession of failure. *Built Environment*, 25(1), 11-17.
- De Cauter, L. (2004). *The capsular civilization. The city in the age of fear*. Nai Publishers
- Christensen, P. & James, A. (2017). *Research with children - perspectives and practices*. Routledge.
- Liotard, J-F. (1988). *L'Inumain. Causeries sur le temps*. Galilée.
- Fernández-Martorell, M. (2009). *Antropología de la convivencia: Manifiesto de antropología urbana*. Cátedra.
- Neto, C. (2020). *Libertem as Crianças - A Urgência de brincar e ser ativo*. Contraponto Editores
- Newman, O. (1996). *Creating Defensible Space*. Institute for Community Design Analysis. U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research. Center for Urban Policy Research Rutgers University
- Remy, J. & Voyé, L. (1994). *A cidade: Rumo a uma nova definição?* Edições Afrontamento.
- Sarmento, M. J. , Fernandes, N. & Tomás, C. A. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183-206.
- Simmel, G. (1903, 1997) A metrópole e a vida do espírito. In C. Fortuna (org). *Cidade, cultura e Globalização* (pp. 31-43). Celta Editora
- Soares, N. F. , Sarmento, M. J. & Tomás, C. A. (2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuanças: Estudos Sobre a Educação*, 12(13), 49-64.
- Seixas, P.C. (2003) O Viajante enclausurado. Esboço da nova figura metropolitana. In V.O. Jorge (Coord.) *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*, (pp.233-241). FLUP/DCTP/CEAUCP.
- Virilio, P. (2000). *A Velocidade de Libertação*. Relógio D'Água
- Zeihner, H. (2003). Shaping daily life in urban environments. In P. Christensen & M. O'Brien (Eds.), *Children in the City* (pp. 66-81). RoutledgeFalmer.
- Zink, R. (2016). *A Instalação do Medo*. Teodolito.

SOBRE OS AUTORES

Benedita Portugal Melo

Benedita Portugal Melo é doutorada em Sociologia (Sociologia da Cultura, Comunicação e Educação) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) (2008). É Professora Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e membro da UIDEF. É Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia desde 2016. As suas principais áreas de investigação situam-se no domínio da sociologia da educação, políticas educativas e sociologia da infância e juventude. Tem participado em diferentes projetos de investigação, coordenando, atualmente, com Ana Diogo (Universidade dos Açores) e Manuela Ferreira (Universidade do Porto) o projeto “De pequenino se torce o menino: a fabricação do sucesso escolar nos primeiros anos de escolaridade.

Eunice Castro Seixas

Doutorada em Sociologia (2013), Mestre em psicologia social (2004) e Licenciada em Psicologia da Saúde (1996), Eunice Castro Seixas é investigadora no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS), CSG do ISEG, Universidade de Lisboa. Coordena o projeto CRiCity - “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças” (PTDC/SOC-SOC/30415/2017). Foi assistente universitária na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e na Universidade Fernando Pessoa no Porto.

João Teixeira Lopes

João Teixeira Lopes é Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ph.D. em Sociologia da Cultura e Educação (1999). Tem 26 livros publicados (isoladamente ou em coautoria) nas

áreas de sociologia da cultura, cidade, juventude e educação, bem como museologia e estudos territoriais. Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia. Coordenador do Instituto de Sociologia / Universidade do Porto desde maio de 2020.

Júlia Rodrigues

Júlia Rodrigues é bolsista de investigação pela FLUP no projeto CRiCity - “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças”. Frequenta o doutoramento em Ciências da Educação - área de Sociologia da Educação e Política Educativa na Universidade do Minho. Nos últimos anos, tem desenvolvido trabalho como bolsista de investigação em projetos na área da educação.

Lígia Ferro

Lígia Ferro é investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e professora auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os seus últimos trabalhos de investigação têm focalizado práticas culturais, educação artística, migrações, integração socioprofissional e investigação-ação, especialmente em contextos urbanos. Atualmente faz parte da direção da Associação Portuguesa de Sociologia e é Vice-Presidente da Associação Europeia de Sociologia.

Niccolò Giacchetta

Master Degree in Planning and policies for cities, territory and environment at IUAV University (2020), European Master: Planning and Policies for Cities, Environment and Landscape (2020), Internship in Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas of Lisbon University and collaboration in CRiCity project “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas

das crianças”, financiado pela FCT (PTDC/SOC-SOC/30415/2017) (2019). Degree in Urbanism and territory planning (2017).

Paulo Castro Seixas

Paulo Castro Seixas tem graus em Antropologia (Licenciatura e Doutoramento) e Sociologia (Mestrado e Agregação), é Professor Associado da Universidade de Lisboa; foi Coordenador da Unidade de Coordenação de Administração Pública e Políticas Territoriais (2016-18) e Presidente da CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas (2014-18), tendo sido Diretor da revista Ciências e Políticas Públicas (2016-18). Os seus principais interesses de pesquisa são os estudos urbanos e ambientais e as políticas públicas.

Sara Calado Gonzalez

Licenciada em Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL. Na mesma instituição, adquiriu o grau de Mestre em Sociologia, na especialidade de Comunidades e Dinâmicas Sociais. É neste momento investigadora associada ao Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) e integra o projeto CRiCity – “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças”.

